



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

WILMA BISPO DE ANDRADE

**CUSTODIALISMO:
um fenômeno social da informação**

RECIFE
2019

WILMA BISPO DE ANDRADE

**CUSTODIALISMO:
um fenômeno social da informação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, memória e tecnologia

Orientador: Prof. Dr. Marcos Galindo

Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a Májory Karoline Fernandes de O. Miranda

RECIFE

2019

A553c Andrade, Wilma Bispo de
Custodialismo: um fenômeno social da informação / Wilma Bispo de
Andrade. – Recife, 2019.
84f.: il.

Orientador: Marcos Galindo.
Coorientadora: Májory Karoline Fernandes de O. Miranda.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro
de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação, 2019.

Inclui referências.

1. Memória. 2. Custódia Informacional. 3. Conhecimento. 4. Fenômeno
social da informação.
I. Galindo, Marcos (Orientador). II. Miranda, Májory Karoline Fernandes de
O. III. Título.

020 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2020-65)

WILMA BISPO DE ANDRADE

CUSTODIALISMO: um fenômeno social da informação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 30/08/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a D^{ca} Sandra de Albuquerque Siebra (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo (Examinador Externo)
Universidade Estadual da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de algum tempo de pesquisa e, por mais que aparente ser um processo solitário, não se deve apenas a mim. Quero agradecer ao meu orientador Marcos Galindo, que com sua competência, paciência e humanidade me guiou generosamente nesta jornada. Muito obrigada!

Agradeço aos meus colegas que se inseriram nestes meandros acadêmicos e permanecem, cada um à sua forma. Quero citar em especial aos queridos Patrícia, Henry e Sandryne, pela generosidade, atenção e preocupação: Naturalmente nós fomos nos aproximando e vocês tornaram-se amigos e rede de apoio, sempre os levarei comigo.

Agradeço a minha banca examinadora pelas considerações realizadas durante a qualificação que me fizeram refletir sobre meu trabalho. Além de agradecer, dedico esta dissertação à minha primeira orientadora intelectual, Fanny do Couto Ribeiro, ela sempre foi meu exemplo, e me despertou para a carreira acadêmica, me ensinou muitas vezes a conectar no texto o que sai de uma cabeça um tanto embaralhada. Meu enorme reconhecimento por sua presença em vários momentos da minha vida!

À Aline Regina e Samuely agradeço a amizade, a parceria e por me motivar a seguir em frente. E por falar em gratidão, esta dissertação também é dedicada a todos os que estão próximos. Àqueles que me deram suporte e acompanharam este processo, minha mãe Dalva, meu marido Bruno, minha sogra Adélia, minha babá Jaci, obrigada!

Desejo neste momento fazer uma dedicatória especial às minhas filhas Bruna e Serena e ao meu enteado Bento, sempre presentes em meu pensamento e em meu coração.

RESUMO

Aborda a custódia como fenômeno social, e como tal, instrumento capaz de mediar à reflexão histórica de uma sociedade. Nesse contexto, o entendimento da memória advinda como herança para a Ciência da informação, das práticas custodiais ligadas a uma conduta sociocultural dão visão ao fenômeno social da custódia informacional, nosso objeto de análise. Aborda criticamente a dimensão da custódia informacional, levando em consideração alguns eixos interpretativos para elucidar a construção do pensamento contemporâneo e suas alternativas explicativas da realidade. Nesse ambiente, nosso objeto de estudo é o fenômeno social da custódia informacional, considerando seu contexto histórico, cultural e de costume em ambientes formais e naturais de guarda memorial. Assim, a pesquisa tem por objetivo geral qualificar o fenômeno social da custódia informacional que se desenvolve no entorno da realidade social. O método utilizado para a construção desta dissertação se define como análise textual e interpretação discursiva e permite projetar formas de análise de novos fenômenos da realidade da disciplina Ciência da Informação. A investigação optou pela pesquisa qualitativa e exploratória, apoiada em um referencial teórico capaz de descrever o conjunto do fenômeno social que se desenvolve no entorno da realidade de guarda e custódia da memória. Buscando através dos fenômenos e das relações existentes entre os fenômenos, descobertas que serão postas em classificações, possibilitando elaborar generalizações que confirmem os resultados esperados, de entender como a ciência da informação vem percebendo a influência do fenômeno social da custódia sobre o conhecimento custodiado.

Palavras-chave: Memória. Custodia informacional. Conhecimento. Fenômeno social da informação.

ABSTRACT

The present dissertation approaches information as a social phenomenon which, as such, can be used as a tool for mediating a society's historical reflection. In this context, the prehension of memory inherited by the field of Information Science and of custodial practices linked to a certain socio-cultural behavior enable a socio-phenomenological view of our object of study, informational stewardship. We take a critical view of informational stewardship and take into consideration certain interpretive axes in order to elucidate the construction of contemporary thought and its alternative explanations of reality. Thus our aim is to consider the historical context of informational stewardship in both formal and natural environments of memorial guardianship. As a general objective, the present study aims to qualify informational stewardship, that set of social phenomena developed around social reality. The methodology used for the construction of this dissertation is textual analysis and discursive interpretation and permits us to project forms of analysis of new phenomena of the reality of Information Science as a discipline. Our investigation opted for qualitative exploratory research, buttressed by a theoretical groundwork capable of describing the conjunct of the social phenomenon that is developed around the reality of guardianship and stewardship of memory. Seeking, through the phenomena and the existing relations between observed phenomena, discoveries will be put into classes which enable us to make generalizations which confirm the expected results, those of understanding how Information Science has perceived the influence of the social phenomenon of stewardship over guarded knowledge.

Keywords: Memory. Information stewardship. Knowledge. The social phenomenon of information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	A marca de uma mão humana de cerca de 30 mil anos atrás, na parede da caverna de Chauvet-Pont-d’Arc, no sul da França.....	29
Quadro 1 –	Significados de custódia nos léxicos.....	33
Quadro 2 –	Significados de custódia nos dicionários jurídicos.....	34
Figura 2 –	Contextos fenomenológicos da custódia.....	39
Figura 3 –	O Jardim do Éden com a Queda do Homem.....	40
Figura 4 –	A Caixa de Pandora.....	41
Figura 5 –	Analogias do fenômeno da custódia durante a Antiguidade.....	42
Figura 6 –	Analogias do fenômeno da custódia durante a Idade Média.....	44
Figura 7 –	Iluminura do século XIII.....	45
Figura 8 –	Analogias do fenômeno da custódia durante o período iluminista e na modernidade.....	47
Figura 9 –	Modelo Geocêntrico.....	48
Figura 10 –	Analogias do fenômeno da custódia na Era da Informação.....	51
Figura 11 –	Aspectos Contextuais da Custódia.....	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA.....	14
3 MEMÓRIA E O REGISTRO SOCIAL	16
3.1 O Conceito de Memória na Ciência da Informação	20
3.2 Memória Coletiva	22
3.3 Patrimônio, Identidade e Memória	25
3.4 Memória e o Registro da Humanidade.....	28
4 CUSTODIALISMO: UM FENÔMENO SOCIAL DA INFORMAÇÃO	32
4.1 Teia da Custódia Informacional.....	37
4.2 Fatores Contextuais da Custódia.....	51
4.3 Fenomenologia da Custódia.....	55
5. PÓS – CUSTÓDIA: A VALORIZAÇÃO DO ACESSO	62
5.1 Trilhos de um Novo Paradigma	63
5.2 O Movimento do Acesso Aberto	70
5.3 Anseios da atualidade	72
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho evoluiu de um conjunto de reflexões resultantes de outra pesquisa: A questão indígena em Pernambuco no Século XIX: terra, trabalho e cultura, aprovada em 2014 pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Esta pesquisa teve, entre seus desmembramentos, um relatório intitulado “Experiência e cultura dos trabalhadores de Pernambuco entre 1831 e 1889”, dirigido às investigações das fontes documentais do século XIX levantadas pelo historiador John Monteiro, disponíveis para consulta nos acervos do Recife. Na ocasião, houve a tentativa em acessar determinados fundos documentais no arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE), na Biblioteca Pública do estado de Pernambuco e no Instituto arqueológico, Histórico e geográfico de Pernambuco, quando percebemos que o patrimônio custodiado por estas instituições memorialísticas, não raras vezes, possuía muitos entraves para seu acesso.

O conjunto dessas iniciativas, realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa “Estudos Transdisciplinares em História Social da UNICAP”, deu visão clara do problema da organização, preservação e acesso às fontes históricas custodiadas pelas instituições de memória de Pernambuco, acervos de interesse científico e cultural que ainda estão, em sua maioria, registrados em papel e limitados a um espaço físico específico.

Compreendemos que o campo de estudo da Ciência da Informação é o fluxo informacional (coleta, processamento, organização e acesso da informação) (CAPURRO, 2003; LE COADIC, 2004; MALHEIRO, 2006), acontece, que em alguns momentos esse fluxo não é, por razões diversas, concretizado, o acesso não é realizado.

Entende-se a informação como fenômeno humano e social, que tem a capacidade de promover a conexão do homem com a memória de seu passado e também com suas expectativas futuras. Sendo assim, aborda-se como raciocínio nesta pesquisa, a concepção da informação, como instrumento capaz de mediar à reflexão histórica de uma sociedade (RIBEIRO, 2012)

Considerando a informação como mediadora dos processos de apreensão da realidade e das relações sociais, Barreto (1994, 2002) procura estudá-la como

estrutura significativa, no sentido de direcioná-la ao seu propósito de produtora de conhecimento de uma sociedade. O autor afirma que a informação tem se desenvolvido a margem das revoluções e do crescimento industrial, e que essa crescente produção de informação precisa ser armazenada e transmitida de forma eficaz.

Pensando desta maneira, a memória pode ser definida como um valioso recurso capaz de salvaguardar o passado e contribuir para a construção do presente e do futuro. Chapouthier (2005, p.9) a define em dois sentidos, no sentido estrito, “[...] memória é a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento.” Em uma concepção mais ampla, o autor afirma que a memória é, também, “[...] todo traço deixado no mundo ou nos componentes deste por um determinado evento”.

Por esse ângulo, Ribeiro (2006, p.1) apresenta o sentido da memória como:

[...] algo que se distingue do presente, mas, ao mesmo tempo, o compõe; é soma das características de testemunho dos feitos humanos que, quando conhecemos, ligamos àqueles que viveram antes de nós e aí construímos uma ideia de permanência, independente de limites geográficos.

Nessa sequência, a memória é caracterizada como recurso social e econômico, que não diz respeito ao passado, mas utiliza a salvaguarda do passado para a construção do presente, possibilitando desenvolvimento, avanço e poder a uma sociedade. (RIBEIRO, 2012)

Nesse contexto, surge a intenção de abordar criticamente a dimensão da custódia informacional, levando em consideração alguns eixos interpretativos para elucidar a construção do pensamento contemporâneo e suas alternativas explicativas da realidade.

Diante do exposto, a questão é: Qual é a conduta cultural que envolve a apreensão do conhecimento? Esse estudo investiga o fenômeno que está por trás dos fluxos de informação memorial. Para isto, discorre sobre a dimensão da custódia informacional a fim de expor a complexidade entre o fenômeno e uma conduta cultural

que envolve um comportamento social curioso e ao mesmo tempo interditor¹, questionando seus desdobramentos sob a perspectiva da Ciência da Informação.

Nesse ambiente, nosso objeto de estudo é o fenômeno social da custódia informacional, considerando seu contexto histórico, cultural e de costume em ambientes formais e naturais de guarda memorial. A pesquisa tem por objetivo geral qualificar o fenômeno da custódia informacional que se desenvolve no entorno da realidade social; por objetivos específicos o estudo visa:

- Identificar e compreender o fenômeno da custódia informacional a fim de entender sua expressão;
- Qualificar o conjunto de fenômenos sociais que ancorados em práticas custodialistas contribuem para a permanência dessa realidade de gestão memorial.

Para uma melhor compreensão dos aspectos envolvidos nesta dissertação, dividimos sua escrita em seções, conforme se apresenta a seguir.

A seção 2 esclarece a metodologia empregada para a construção desta dissertação que se define como análise textual e interpretação discursiva e permite projetar formas de análise de novos fenômenos da realidade da disciplina Ciência da Informação. A investigação optou pela pesquisa qualitativa e exploratória, apoiada em referenciais teóricos capaz de descrever o fenômeno social que se desenvolve no entorno da realidade de guarda e custódia da memória. Este tipo de pesquisa tem como característica principal a ambientação do pesquisador com um objeto pouco explorado. Moraes e Galiazzi (2006) justificam que a inserção da Análise Textual Discursiva no domínio metodológico da pesquisa pretende se coligar com investigações que buscam romper com modelos de pesquisa enrijecidos e fundados na objetividade e na neutralidade como indicadores para a produção de um “conhecimento científico *verdadeiro”.

Moraes (2003), completa, a Análise Textual Discursiva,

[...] pode ser compreendida como um processo auto organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução do

¹ Interditor: Pessoa, instrumento (objeto, termo, documento) que cometeu interdição. (*agente fiscalizador*). (INTERDITOR, 2019)

corpus, a unitarização, o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização, e o captar do novo emergente em que nova compreensão é comunicada e validada. (MORAES, 2003 p. 192)

A fenomenologia, como doutrina filosófica, foi escolhida para ser empregada como fundamento para a pesquisa, por permitir uma abordagem da constituição e construção dos fenômenos do mundo vivido, (RIBEIRO JR., 1991):

“uma zona neutral de investigação”, onde as ciências têm raízes”. (...) “A fenomenologia nunca se orienta pelos fatos (externos ou internos), mas pela realidade da consciência, isto é, para aquilo que se manifesta imediatamente na consciência, alcançada por uma intuição, antes de toda reflexão ou juízo: as essências ideais (fenômenos)” (RIBEIRO JR., 1991, p. 24-25)

Esse conceito foi de valor fundamentalmente útil na apreciação dos contextos estudados, acerca das explicações do fenômeno da custódia. Gil (2002), ressalta que uma das maiores contribuições da reflexão fenomenológica é o seu auxílio na formulação de problemas e na construção de hipóteses.

Em seguida a seção intitulada “Memória e o Registro Social” estudou as definições e conceitos de informação e memória aplicadas às demandas da Ciência da Informação. Este viés irá permear o trabalho. Nesta fase do trabalho apropriou-se das teorias desenvolvidas por Izquierdo (1989), Pollak (1992), Maurice Halbwachs (1990) e McGarry (1999) para explicar as concepções de memória e sua relação com os conceitos de patrimônio e identidade. Alguns conceitos serão de grande importância para a compreensão do texto. A reflexão nesta seção está pautada no raciocínio de Wersig (1993), o qual denomina “interconceitos” como a prática de construção teórica a partir da interligação de conceitos comuns. Estes conceitos vindos de outros campos do saber são reestruturados, tecendo, dessa forma, uma rede conceitual para construir uma trajetória capaz de responder os questionamentos da pesquisa.

Em seguida, na seção intitulada, “Custodialismo: um fenômeno social da informação”, aborda-se os conceitos e definições da custódia informacional, discorrendo sobre suas práticas de sobrevalorização da guarda e conservação da memória e, também, as definições para o paradigma custodial, dos quais vieram os subsídios que nortearam o entendimento das práticas custodialistas como fenômeno social.

Na seção que trata da Pós-custódia foram realizados estudos que visam corroborar com o nosso raciocínio acerca do fenômeno social da custódia. Trata-se de “captar do novo emergente” (MORAES, 2003 p. 192) a compreensão comunicada e validada, dada ao fenômeno que essa pesquisa se dedica.

Por fim concluímos esta dissertação acreditando na fertilidade desse estudo que através das análises bibliográficas reacende uma discussão interdisciplinar e social dentro da ciência da informação, revelando a carência de conceitos aprofundados sobre a influência dos aspectos contextuais, culturais, históricos e de costumes que rodeiam o fenômeno da custódia informacional.

2 METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, o objeto de análise é observado na sua dimensão descritiva, para isto foi realizado um estudo visando à identificação das características que se relacionam com o fenômeno estudado: os fatores contextuais e culturais e as relações que estabelecem em si. Desse modo, o trabalho assume um caráter exploratório e crítico.

Quanto aos meios, seguindo Vergara (2000), esta é uma pesquisa documental e bibliográfica que para Marconi e Lakatos (2003, p. 183), “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Dessa forma, o método de pesquisa escolhido favoreceu uma liberdade na análise de se mover por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir várias posições no decorrer do percurso, não obrigando atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto.

Para a fundamentação da análise proposta a presente pesquisa construiu um quadro referencial teórico-metodológico, que inclui textos filosóficos, históricos, míticos, literaturas da área da Ciência da Informação, Ciências Sociais e Biologia. Essa etapa subsidiou o primeiro passo do roteiro investigativo da presente pesquisa, através de levantamentos, seleção e análises de temas como: memória, informação, conhecimento, fenomenologia, custódia e pós-custódia informacional.

Sayão (2001) afirma que na busca de novos esclarecimentos e conhecimento de novos fenômenos e eventos, o ser humano precisa recorrer à reflexão e ao conhecimento acumulado, através da formulação de hipóteses e da estruturação de modelos, além de identifica-los pelas sensações ou por manifestações imediatas. Para isto, primeiro é necessário compreender que há uma diversidade de estruturas, comportamentos e fenômenos residentes no nosso universo, depois selecionar aqueles de maior relevância para o problema objeto de investigação e elaborar para eles descrições adequadas. (SAYÃO, 2001, p. 82)

Além disso, para se obter "boas" respostas é preciso fazer-se "boas" perguntas. Essas afirmações justificam a técnica utilizada para a primeira etapa da presente pesquisa, a qual possibilitou o desenvolvimento de instrumentos de interrogação teoricamente embasados, precedidas por pesquisa bibliográfica e revisão de literatura

sobre o tema da pesquisa. Conforme Dickson (1999, apud GALVÃO; SAWADA; TREVIZAN, 2004, p. 551), “a definição da pergunta é a atividade mais importante na elaboração da revisão sistemática, proporciona a direção para a execução das outras atividades relativas ao processo”. Essa fase irá delinear toda a continuidade da pesquisa, definindo seu campo e sua população, possibilitando a definição do protocolo de pesquisa.

Desse modo, a partir do conhecimento já desenvolvido, envolvendo a temática analisada neste estudo, estabeleceu-se uma teia historiográfica, cultural e de costumes de como o fenômeno da custódia é refletido e tratado na literatura, abordando os conhecimentos advindos da área da Ciência da Informação, da História e das Ciências Sociais. Esse tipo de pesquisa foi escolhido pela amplitude de análise que possibilita, pois, a “principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45).

Na coleta dos dados, o trabalho fundamentou-se em ideias e pressupostos de teóricos que apresentam significativa importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise: memória, custódia informacional, fenomenologia da custódia e pós-custódia. Nessa fase, o conteúdo dos textos foi analisado com maior minuciosidade, a fim de compreender mais profundamente a forma com que o fenômeno da custódia é tratado. Isso foi feito por meio da análise crítica e interpretativa, com o apoio das concepções de autores que estudam as práticas culturais em informação, e sua configuração na sociedade e nas ciências.

A etapa de análise dos dados é o processo de dar sentido ao que foi coletado. Esse é um processo complexo que envolve tarefas de dedução e interpretação dos dados, a procura de significados, entendimentos ou sinalizações que constituam os achados do estudo (MERRIAM, 1998). O que para Johnson (2003), no âmbito da ciência da informação, o processo de identificação e descrição do contexto aprimora a compreensão do processo do fluxo informacional e das várias forças que fazem parte da conjuntura que o afetam. No entanto, nesta pesquisa consideramos o contexto, não como a representação para as respostas que circundam o fenômeno da custódia, mas como um escopo de interação dinâmica e contínua.

3 MEMÓRIA E O REGISTRO SOCIAL

De um ponto de vista prático, a memória dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação conquistada através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se aprendizado. As experiências são aqueles pontos intangíveis que chamamos presente, define Izquierdo (1989). "Nada há no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos" (MARSHALL, 1988, p. 378).

Corroborando com as definições de Izquierdo (1989), Marshall (1988), que dão atuação prática à memória pelo viés das experiências capturadas, Pollak (1992), leva em consideração expressões, utilizadas frequentemente na história da França, e reflete sobre algumas designações atribuídas em determinados períodos que aludem diretamente a fatos de memória. Estuda as expressões "anos sombrios"², para designar a época de Vichy, e "trinta gloriosos"³, que remete aos trinta anos posteriores a 1945, e constata que esses termos remetem mais a noções de memória, do que à atuação positivista subjacente a tais percepções, destacando a memória como um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa.

Para entender a formação de memórias a partir de experiências, é preciso considerar quatro aspectos fundamentais, revela (IZQUIERDO, 1989, p. 94):

1) Recebemos informações constantemente, através de nossos sentidos; mas não memorizamos todas. Por ex., depois de ver um filme, lembramos algumas cenas; pode ser, até muitas; mas não todas. Depois de ouvir uma aula, lembramos alguns conceitos; frases inteiras, talvez; mas não todos os conceitos nem todas as frases. Há, portanto, um processo de seleção prévio à formação de memórias, que determina quais informações serão armazenadas e quais não.

2) As memórias não são gravadas na sua forma definitiva, e são muito mais sensíveis à facilitação ou inibição logo após sua aquisição que em qualquer outro período posterior. Uma memória recente é muito mais suscetível ao efeito facilitador de certas drogas ou ao efeito amnésico de um traumatismo craniano que uma memória antiga

² Visto por muitos como um parêntese na história francesa do século XX o regime Vichy marca um trauma na história do país e uma profunda crise na identidade nacional. O fim das referências política da maioria dos franceses e o medo do caos concorre para que se confie o governo à esperança de um retorno à normalidade. (AZÉMA e WIEVIORKA, 1998; PAXTON 1971; BURRIN 1995 apud SILVA 2007, p.79). No período que compreende junho de 1940 e agosto de 1944 a França símbolo dos ideais republicano "liberdade, igualdade e fraternidade" é derrotada pelas tropas do III Reich, e neste momento sua história será marcada por um governo anti-republicano conhecido como Regime Vichy, instaurado face à ofensiva alemã e a ocupação da capital.

³ Na Europa do século 20 assistimos à edificação do Estado-providência ao longo dos "trinta gloriosos anos", que constituiu até agora a mais interessante experiência de bem-estar social da modernidade ocidental. (ESTANQUE 2012).

(McGAUGH, 1988, p. 33-64). Isto indica que existe um processo de consolidação depois da aquisição (MÜLLER e PILZECKER, 1900, p. 1-288), pelo qual as memórias passam de um estado lábil a um estado estável.

3) As memórias são também muito mais sensíveis à incorporação de informação adicional nos primeiros minutos ou horas após a aquisição. Essa informação pode ser acrescentada, tanto por substâncias endógenas liberadas pela própria experiência — bendorfina, adrenalina, etc. — (IZQUIERDO, 1984, p. 65-77; IZQUIERDO, 1989), como por outras experiências que deixam memórias (LOFTUS e YUILLE, 1984; CAHILL et al., 1986; IZQUIERDO et al., 1988a,b; IZQUIERDO, 1989).

4) As memórias não consistem em itens isolados, senão em registros ("files") mais ou menos complexos. Não lembramos cada letra de cada palavra isoladamente; senão frases inteiras. Não lembramos cada cor ou cada odor percebido ontem como tais, senão como detalhes de "files" ou registros mais ou menos longos (o conjunto de eventos da hora do almoço; ou da tarde; ou do início da noite).

A formação ou não de uma memória depois de um determinado evento ou experiência, sua resistência à extinção, à interferência e ao esquecimento, depende destes quatro fatores: seleção, consolidação, incorporação de mais informação, formação de registros ou "files".

Izquierdo acrescenta ainda, que o armazenamento dos dados obtidos a partir da aquisição de habilidades se dá por meio da repetição de uma atividade que segue um mesmo padrão. A persistência das memórias procedimentais é intensa, capaz de durar por décadas (IZQUIERDO et al, 2013). Izquierdo (1989) também afirma, sabermos muito sobre a modulação das memórias durante e depois de sua aquisição e na hora da evocação; mas não compreendemos de que estão feitas as memórias, se é que estão feitas de alguma coisa.

Comparando as memórias com as luzes das estrelas, Castellano (1987) destaca o brilho das estrelas na noite quando já não existem mais. Green 1964, pensa igualmente, e considera que a "memória pode ser considerada em termos de modelos ou abstrações matemáticas, e é até concebível que o estado de memória em si seja algum tipo de abstração sem realidade tangível" (apud IZQUIERDO, 1989, p. 109).

Conceituando a memória como um "estado" do cérebro que permanece além da estimulação sensorial e é capaz de induzir sua atividade subsequente, (GREEN 1964, p. 561-608) conforme cita (IZQUIERDO, 1989, p. 91) enuncia que "o estado de memória não é acessível à investigação direta no presente momento"; porém muitas de suas consequências, sim; incluindo os fenômenos "transacionais" pelos quais esse "estado" pode ser adquirido ou evocado.

Halbwachs (1990), por sua vez, destaca a memória como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a

flutuações, transformações, mudanças constantes. E afirma que, enquanto fenômeno social, a memória pode ser entendida como a História, a tradição, a cultura de um povo. Pode, ainda, ser entendida como memória coletiva, aquela que ultrapassa a memória individual e biológica de um indivíduo por ser a memória de uma sociedade.

Para Halbwachs (1990), a memória está ligada aos mecanismos externos ou físicos de representação do conhecimento, ou seja, na concepção do autor:

[...] se, aproximando várias consciências individuais podemos reposicionar seus pensamentos ou seus acontecimentos em um ou vários tempos comuns, é porque a duração interior se decompõe em várias correntes de pensamentos que têm sua origem nos próprios grupos. (HALBWACHS 1990, p.128)

A comunicação compõe os mecanismos de permanência da memória. E contribui para que em tempos históricos distintos, a escolha por pontos de referências, seja, na verdade um “retorno periódico a alguns fenômenos materiais, a ocasião que nos oferecem, a nós e aos outros, já que os percebemos ao mesmo tempo, [...] para eles e para nós, uma relação de simultaneidade e, sobretudo que essa relação se produz a intervalos regulares.” (HALBWACHS 1990, p.94)

Nas sociedades orais, a comunicação era realizada face a face, com o advento da escrita a memória foi transformada, e os fatos passam a ser registrados e comunicados através dos suportes de inscrição. Na sociedade da informação, caracterizada pelo extraordinário crescimento do uso das tecnologias digitais, há um novo estágio humano para produção e acesso ao conhecimento, o qual será “[...] escrito, publicado e distribuído; depois pode ser: contestado, cortado, comentado, ‘linkado’, reutilizado e, simultaneamente a tudo isso, novamente publicado e distribuído por meio da Internet.” (SCHÖNINGER, 2009, p. 5).

A possibilidade do acúmulo de conhecimento proporcionada pela escrita como tecnologia “instrumentalizada” pela memória, possibilita a coexistência de múltiplas experiências e percepções, múltiplas “intenções”, com alcance que a tradição oral não poderia oferecer. A partir do conhecimento das experiências e percepções de outros, atravessamos as restrições de conhecer apenas através das nossas experiências e percepções, e passamos a relacionar nosso conhecimento/memória com a do mundo.

Moreira (2005) manifesta que “A Memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado.” E que “A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente

aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto” (MOREIRA, 2005, p. 1).

As considerações de McGarry (1999) colaboram com o conceito de memória apresentado por Moreira (2005) quando pronuncia a memória como elemento de permanência e conservação de uma cultura. Para este autor:

Permanência e conservação são essenciais para a continuidade de uma cultura. Para permitir que seres humanos se beneficiem do conhecimento e das aptidões de outros devemos dispor de algum tipo de sistema de armazenamento para transmitir esses benefícios através dos tempos. Precisamos do equivalente social de nossas próprias memórias, efetivamente, uma memória social ou cultural. Sem este mecanismo imprescindível cada nova geração teria que reaprender do início todos os conhecimentos e habilidades tão arduamente adquiridos por seus antepassados ao longo do tempo. (MCGARRY, 1999, p. 63-64)

O conceito de memória apresentado por McGarry (1999) e Moreira (2005), corroboram com as assertivas de Halbwachs (1990) para quem a memória tem um trabalho fundamental, um trabalho do indivíduo, mas é também, e sempre, construída em grupo. “Segundo Halbwachs, uma semente de rememoração pode permanecer um dado abstrato, pode, ainda, formar-se em imagem e como tal permanecer ou, finalmente, pode torna-se lembrança viva.” (SCHIMIDT & MAHFOUD, 1993, p.288).

“Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”, afirma Halbwachs (1990, p. 143). Segundo o autor, o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço. No caso de uma memória coletiva, entretanto, a resistência desse espaço não é a mesma da memória individual. O sentido de espaço de resistência para a memória, nos remete as noções que unem a concepção de patrimônio, como preservador de uma memória, e do espaço, como veiculador da mesma. Geram o uso da categoria "lugares de memória", segundo descreve (Nora, 1984), e deve observar no espaço físico (material) o suporte para a formação de uma memória coletiva (imaterial).

Neste contexto, Nora (1984) escreve, lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações, fundamentam-se em memórias da história.

Pensando desta forma e expandindo o debate a respeito da guarda memorial, pensadores como, Pierre Lévy (1993), Manuel Castells(1999), Luciano Floridi (2002)

enxergaram falhas nas bases tradicionais do conhecimento e trouxeram reflexões sobre o reordenamento possível para os serviços que estão ligados às atividades de memória, como o comportamento de mediadores – arquivistas, bibliotecários, documentalistas, gestores de informação, designers de conteúdos multimídia e de utilizadores em especial.

Esta ligação entre a memória e os profissionais que trabalham com os suportes de registro do conhecimento aponta para sua característica universal e de acúmulo e, para o propósito real de ampliar a capacidade espacial da memória humana. Nesse contexto, o homem desenvolveu ferramentas auxiliares que funcionam como instrumentos de apoio à memória individual, estas ferramentas referem-se ao grupo das tecnologias de informação, que alteraram o processo de mediação do conhecimento difundido por suportes artificiais, condição que deu lugar a uma nova dimensão na cultura humana. (RIBEIRO, 2012)

Nesse sentido, Lévy (1993) considera as tecnologias da informação e comunicação como extensões da nossa memória, e as apresentam como suportes que auxiliam a imaginação, o raciocínio e a comunicação.

Em outra perspectiva, Barreto (1994, 2002) também levanta a questão da importância da informação em sua intrínseca relação com a consciência do homem e de seu grupo social, ao defini-la como instrumento modificador do estoque mental de saber do indivíduo.

Desta forma, a concepção da informação, como instrumento capaz de intermediar à reflexão histórica de uma sociedade norteará nossas considerações acerca da informação como mediadora dos processos de apreensão da realidade e das relações sociais. Nesse contexto, ao abordar o valor que a informação representa para o desenvolvimento do indivíduo, de seu grupo, e da sociedade, é possível vislumbrar também o papel da Ciência da informação (CI) como disciplina importante para o desenvolvimento social.

3.1 O Conceito de Memória na Ciência da Informação

No âmbito da Ciência da Informação (CI), o tema memória encontrasse na base do próprio surgimento da CI (PINHEIRO, 2005).

Conforme (GALINDO, 2012, p.8):

Em CI, memória aproxima-se mais ao conotativo de estoque de

informação, invocando a condição de registro memorial da herança cultural humana. A memória produzida ontem tem para a CI o mesmo valor como objeto de estudo que registros centenários, eleitos como representativos de interesse histórico ou patrimonial.

Uma das especificidades da memória é a busca da conexão entre o passado e o presente, da elevação da noção de continuidade que permite a sensação de estar ligado, de pertencimento. O que fundamenta o ordenamento dos acontecimentos para que façam sentido, e reflitam aquilo que foi experienciado e não de outra forma. Essas circunstâncias em que se vive no presente implicam na constante modelação e remodelação da memória, ou seja, significa dizer que a conjuntura do presente e, nela, a posição ocupada por pessoas ou grupos, pode ser favorável a algumas lembranças enquanto outras são esquecidas, provocando as nuances que caracterizam a memória como um fenômeno dinâmico e fluido.

Zygmunt Bauman (2007) analisa a sociedade contemporânea a partir da percepção das características do que ele define como “vida líquida” e “modernidade líquida”, e realça que traços de efemeridade e liquidez da sociedade pós-moderna são características que manifestam a fluidez e a velocidade da sociedade contemporânea. O autor revela que numa sociedade que reúne esses atributos, as experiências passadas e a tradição acabam se tornando irrelevantes. O foco da sociedade vigente passa a ser a rápida incorporação de novos padrões, novas metas, enfim, a adesão à modernidade, torna-se mais do que desejável, a única forma de garantir sua continuidade.

Esse quadro, expõe uma situação ambígua, a qual caberia à Ciência da Informação atender demandas de uma sociedade que valoriza o efêmero e a velocidade, em detrimento da permanência e, conseqüentemente, da construção de uma memória social. Para estas questões, Oliveira e Rodrigues (2011, p. 313) assinalam:

A sociedade do efêmero, na qual se defrontam questões de ordem ideológica, ética, econômica e tecnológica, parece reforçar a necessidade de tornar explícitas as concepções de memória que permeiam o conhecimento produzido pela Ciência da Informação. Isto talvez ajude a entender o papel que a área pretende, ou deveria pretender desempenhar no processo social de construção da memória. (OLIVEIRA, RODRIGUES, 2011, p. 313)

Na área da CI, (CHATMAN 1996, 1999, 2000 Apud PRESSER e GONZÁLES 2017) avaliam que as pesquisas da autora têm sido notáveis por explorar populações dentro de um contexto social, concentrando-se nas barreiras sociais do acesso à

informação, delineando seu trabalho com conceitos e proposições que explicam suas observações. Uma das conclusões que os autores destacam são as considerações de Chatman de que as pessoas, na sua vida cotidiana, vivenciam as informações em resposta às suas necessidades e preocupações diárias e que as circunstâncias pelas quais as necessidades de informações são percebidas dependem do contexto no qual essas pessoas estão inseridas e das relações sociais que lá se estabelecem.

Presser e Gonzáles (2017) expõem ainda, a ideia de que os outros têm uma influência no modo como nos comportamos em um ambiente social e encontram apoio na descrição de cultura no âmbito da sociologia, apresentadas por Hall (2011) e Bauman (2012). Para os sociólogos, na medida em que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, elas adquiriram uma forma mais coletiva e mais social. Resultando no desenvolvimento de teorias para explicar o modo como os indivíduos são formados subjetivamente por meio de suas participações em relações sociais mais amplas.

Segundo Hall (2011, p. 31), essa subjetividade está relacionada a 'internalização' do exterior no sujeito e, 'externalização' no interior, que compreende suas ações no mundo social e, constituem a descrição sociológica original do sujeito moderno e estão compreendidas na teoria da socialização.

Nesse sentido, a função social da memória na construção e transmissão do conhecimento, parece não habitar no mesmo espaço da contemporaneidade segundo as percepções de Bauman (2007). O mesmo poderia ser dito de arquivos, bibliotecas e museus, as chamadas instituições de memória, socialmente legitimadas e compreendidas como espaços dedicados ao passado.

De fundamental importância para as instituições de memória, é a concepção do tema memória como um bem humano capaz de sintonizar o homem com seu passado, e servir como matéria prima para construção do seu presente e futuro. Monteiro, Carelli e Pickler (2006), ao tratarem a memória como instrumento capaz de salvaguardar o passado, caracterizam a preservação como categoria mais utilizada pela Ciência da Informação no tocante à compreensão desse objeto memória.

3.2 Memória Coletiva

O conhecimento produzido e acumulado, quando trazido para dentro de uma

perspectiva da memória coletiva, representa uma construção social, reflexo das atividades de um grupo específico, localizado no tempo e no espaço.

Maurice Halbwachs, na década de 1920, funda com a obra “Os quadros sociais da memória” os estudos sobre memória na área das Ciências Sociais, concebendo-a como um fenômeno inteiramente coletivo. Pollak com “Memória e identidade social” (1992) e “Memória, esquecimento, silêncio” (1989) retoma e problematiza essa perspectiva, apontando o caráter negociado da memória e a importância da agência individual para a sua formação (RIOS, 2013).

Le Goff (2003) define a memória coletiva como aquilo que fica do passado, que é dado a conhecer pela narrativa histórica, pelos mitos, emblemas, monumentos, documentos no vivido dos grupos. Halbwachs (1990) destaca a importância dos contextos sociais para a percepção e análise do fenômeno da recordação e da localização das lembranças que servem de base para a reconstrução da memória. Esta última pode ser interpretada como as reminiscências do passado que reaparecem no presente, no pensamento de cada indivíduo, ou como a nossa capacidade de armazenar certa quantidade de informações concernentes a fatos que foram vividos no passado.

Nesse sentido, a medida que recordar implica uma tentativa de re-viver o passado, a reminiscência representa a capacidade de sentirmos a presença do passado no presente. Por esse ângulo, o presente está repleto de diferentes vivências pessoais, sociais e, sobretudo históricas, permitindo que, a partir das reminiscências, possamos dar novos significados ao vivido. Podemos dizer que a rememoração transcodifica o vivido, ou melhor, permite a reinterpretação do passado, através da relação que estabelece com o presente.

Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois. Num outro sentido, é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura. (BENJAMIN, 1994, p. 37)

Observa-se através da obra de Halbwachs (1990), que sobressai a noção de que a memória consistiria num fenômeno eminentemente coletivo, ou seja, ao invés de ser um fato puramente individual – como era defendido pela filosofia, pela psicologia e pelo senso comum da época –, a memória seria uma construção social,

constituindo-se a partir das relações mantidas entre os indivíduos e grupos. Essa é a tese central de Halbwachs (1990), para quem a memória tampouco poderia ser concebida como um fenômeno puramente biológico, ou como uma mera reação fisiológica, mas sim, como um fenômeno coletivo que compreende um processo de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo social.

Entendendo a memória como o encadeamento de elementos que remetem a um passado, real ou fantástico, e que são dados na esfera da consciência individual ou, principalmente, coletiva, (LEGOFF, 2003, p.419), declara:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

As declarações de Legoff (2003), qualifica o processo de rememoração de um indivíduo, já que durante a atividade de recordar, este, não depende apenas do que ele mesmo lembra, em razão de suas memórias serem de certo modo partes da memória do grupo social o qual pertence, sem descartar sua memória individual, que pode ser pensada como "memória ressignificada", sua subjetividade interfere no processo de rememoração.

Pollak (1992) reforça esse pensamento quando destaca os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva: "Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer." (POLLAK, 1992, p.201)

O autor esclarece, que há acontecimentos os quais, o indivíduo nunca fez parte, e ainda assim, no seu imaginário tomou grande destaque, sendo que não existe a possibilidade deste conseguir dizer se participou ou não. Vai mais longe, afirmando que esses acontecimentos "vividos por tabela" não precisam situar-se dentro do espaço-tempo de um grupo, sendo extremamente possível que, "[...], por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada." (POLLAK, 1992, p. 201).

Sobre essas projeções da memória herdada o autor exemplifica:

Numa série de entrevistas que fizemos sobre a guerra na Normandia, que foi invadida em 1940 pelas tropas alemãs e foi a primeira a ser libertada, encontramos pessoas que, na época do fato, deviam ter por volta de 15,16, 17 anos, e se lembravam dos soldados alemães com capacetes pontudos (casques àpointe). Ora, os capacetes pontudos são tipicamente prussianos, do tempo da Primeira Guerra Mundial, e foram usados até 1916, 1917. Era, portanto, uma transferência característica, a partir da memória dos pais, da ocupação alemã da Alsácia e Lorena na Primeira Guerra, quando os soldados alemães eram apelidados de "capacetes pontudos", para a Segunda Guerra. Uma transferência por herança, por assim dizer." (POLLAK, 1992, p. 202)

Benjamin através da obra *Magia e técnica, arte e política* (1994) também científica a experiência como importante "ressignificador" do tempo, mais que isso, valoriza a experiência através do ato de compartilhar lembranças. E explica: o narrador "pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia)" (BENJAMIN, 1994, p. 221). A troca de experiência, nessa perspectiva, põe em evidência a memória coletiva, considerando-a importante na afirmação do indivíduo enquanto ser social, porém é conhecedor de que a consistência da experiência se esvai.

3.3 Patrimônio, Identidade e Memória

A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado. É a memória que nos dá a sensação de pertencimento e existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para os indivíduos." (RIBEIRO, 2007, p.1)

Com a finalidade de manter vivo o passado, criou-se órgãos públicos ou privados, instituídos social, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação; que tem funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibiliza informação patrimonial como fonte de pesquisa na construção de identidades e da história. Essa Informação é a base que alimenta e impulsiona as atividades sócio-histórico-culturais, científicas ou não, que quando estudada sob o olhar da memória coletiva passa a ser vista como um patrimônio cultural, que guarda consigo a noção de identidade.

As decisões políticas tomadas após a Revolução francesa (1789-1799), dão

visão a ampliação da preocupação em preservar o patrimônio histórico cultural, a fim de garantir à sociedade pós revolução a construção e compreensão de fatos, tornando possível a reflexão de determinadas problemáticas. Implementou-se, a partir de então, as primeiras ações políticas para a conservação dos bens que denotassem o poder, a grandeza da nação que os portava, entre as quais uma administração encarregada de elaborar os instrumentos jurídicos e técnicos para a salvaguarda, assim como procedimentos técnicos necessários para a conservação e o restauro de monumentos (CHOAY, 2006).

Essas ações voltadas para os mecanismos identitários da sociedade, vinha ao encontro de um entendimento da história centrada em fatos singulares e excepcionais, pautada nas minúcias dos grandes acontecimentos, que tinha intenção de mostrar a evolução das ações humanas, seu aprimoramento e seu caminhar em direção à civilização, e ao progresso.

Já nos últimos anos, o conceito de “patrimônio cultural” adquiriu um peso ainda maior no mundo ocidental. Se antes o patrimônio destacava grandes monumentos que eram interpretados como fatos destacados da civilização, hoje a sua concepção nos permite entendê-lo como sendo o conjunto de bens culturais que faz referência às memórias sociais e às identidades coletivas, “a ideia moderna de patrimônio está ligada ao impulso de preservação de bens materiais e imateriais que emerge do social”, isto é, de “uma forma de relação com o passado, um sentimento que revela o desejo de eternizar traços e marcas dos grupos humanos” (D’ALESSIO, 2012, p.79).

Nesse sentido, a identidade é vista como um elemento estabilizador tanto dos sujeitos como dos mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 1999, p.11) Nesta perspectiva, a relação de patrimônio com a memória dá-se em forma de compartilhamentos de passados constantemente construídos e reinterpretados, quando informações que se referem ao passado de um grupo são reunidas e externalizadas em suportes artificiais, e permitem a expansão da capacidade de memorização humana.

Entende-se que a concepção de memória coexiste com o compartilhamento de passados ressignificados, Lane (2009) irá expor que os grupos aos quais pertencemos é que irão definir nossa identidade no mundo, dessa forma ao nascer o ser humano:

necessita de outras pessoas para a sua sobrevivência, no mínimo de mais uma pessoa, o que já faz dele membro de um grupo

(no caso, de uma díade — grupo de dois). E toda a sua vida será caracterizada por participações em grupos, necessários para a sua sobrevivência, além de outros, circunstanciais ou esporádicos, como os de lazer ou aqueles que se formam em função de um objetivo imediato (LANE, 2009, p.12).

Podemos apreender, através das observações descritas, que são as identidades construídas no interior de determinado grupo que nos une ou afasta, através dos mecanismos de identificação. Na concepção sociológica (HALL, 2005, p. 11), a identidade é vista sob a perspectiva do sujeito sociológico que "[...] não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava.

Para Hall, de acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem. (HALL, 2005, p. 11) Ou seja para Hall, a identidade é relacional. Para esta assertiva o autor argumenta: a identidade “permanece incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada”, (HALL, 1999, p. 38) remetendo-nos muito mais à noção de identificação.

Choay (2006) corrobora com essa apreciação e afirma que acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum nos remete para o conceito de patrimônio histórico, confirmando que sua expressão designa um bem destinado ao gozo de uma comunidade, “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias” (CHOAY, 2001, p.11)

Abarcando as concepções globais de Patrimônio, é possível perceber o Patrimônio cultural como uma construção política, fruto de uma seleção, que não é neutra. Essa verificação é importante na medida em que nos alerta para o fato de que todo e qualquer patrimônio cultural está consorciado a determinados interesses políticos, sociais e econômicos. Destarte, patrimônio também é declaração, e expressa descrições nos lugares sobre os quais está assentado.

Choay (2001), declara ser consenso a relação do patrimônio cultural com os dispositivos políticos e instrutivos que compõem a memória e a identidade. Tradicionalmente, “a incorporação desses elementos por parte de um país ou

população se completa na ideia do legado cultural” (CHOAY 2001, p. 11). Trata-se de um campo que não é neutro, sendo marcado por disputas, conflitos e apropriações, já que os patrimônios alteram, consolidam ou solidificam imagens e fronteiras. Por isso, é acertado dizermos que não existe representação memorial sem traços fixos da memória, o construímos através do patrimônio, entendido aqui como “um conjunto de bens culturais cujo tratamento orienta-se pela lógica do conservar e transmitir, pelo respeito à herança enquanto evidência de realizações e materialização de valores”.

3.4 Memória e o Registro da Humanidade

Interpretamos o registro do conhecimento como “saber patrimonial” (HOLANDA, 2012).

Ao voltar o olhar para um tempo mais remoto, quando há dois milhões e trezentos mil anos, surgiu o primeiro símio homo, com 50% a mais de capacidade craniana que seus ancestrais australopitecus. (S.TRINGER,1994: McHENRY,2009) Esta classe de primatas bípedes com mãos e polegares bem desenvolvidos e oponíveis, uma condição que lhes proporcionou o desenvolvimento de maiores habilidades e ampliou suas capacidades naturais, viabilizando maior versatilidade a sua existência, dado o Homem ter libertado as mãos para manejar e desenvolver ferramentas, com a consequente evolução cerebral daí resultante.(GALINDO,2014)

Considerando a anteposição de Holanda (2012), examina-se além dos aspectos morfológicos da evolução na espécie Homo, e percebe-se que ao longo da sua jornada essas modificações físicas despertaram na espécie uma nova relação com o meio, o que naturalmente implicou no permanente desenvolvimento da sua racionalidade e, por consequência, em um conjunto de inovações em sua competência intelectual. Yuval Harari (2012) destaca que este novo ser será capaz de disseminar socialmente o conhecimento armazenado, através da aptidão em redefinir um artefato ou da forma de se relacionar.

Harari (2012) traz em seus textos uma compreensão interdisciplinar entre história, biologia, antropologia, economia e considerações filosóficas, no contexto narrativo da primeira importante revolução que irá impulsionar a espécie Homo ir adiante. Ou seja, a Revolução Cognitiva, advertirá que apenas a espécie *Homo sapiens* (homem sábio) conseguirá prevalecer ao longo do tempo, por vários motivos,

mas principalmente pela sua linguagem única e a sua capacidade de cooperar e criar realidades subjetivas e intersubjetivas. Ou seja, a capacidade de criar, imaginar e ainda imaginar coletivamente, tecendo mitos compartilhados.

A revolução cognitiva de que trata o autor, indica a emergência da necessidade de novas formas de pensar e se comunicar, ocorridas por mudanças genéticas há pelo menos 70 mil anos. O que proporcionou a espécie Homo a capacidade de partilhar mitos e crenças, comensurando e aumentando a capacidade de cooperação entre os indivíduos, acabando por resultar na criação de culturas e padrões de comportamento diversos.

Essas ações de acordo com McLuhan (2001), constituem um modelo instrumental para compreensão do fenômeno comunicativo, baseado na ideia de que o homem constrói as ferramentas; as ferramentas constroem o homem.

Essa estrutura está exemplificada na figura 1.

Figura 1 - A marca de uma mão humana de cerca de 30 mil anos atrás, na parede da caverna de Chauvet-Pont-d'Arc, no sul da França.⁴



Fonte: (HARARI, 2015, p.10)

Os vestígios deixados pela história a partir deste momento passam a ecoar com características diferentes. Há um custo para o pensar, e a energia desprendida e as transformações físicas/cognitivas exigidas ao longo da evolução humana seriam suficientes para que houvesse uma preocupação, ainda que primitiva, em deixar registros das experiências vividas pelos diversos grupo. Isso foi importante para o

⁴ Na obra, Sapiens. Uma breve história da humanidade, Yuval Harari acredita que com esse registro alguém tentou dizer “Estive aqui”.

desenvolvimento do senso de coletividade e comunidade.

Neste mesmo enfoque, Bergson (1999, p.247) entende o registro da memória como um fenômeno que “prolonga o passado no presente”. Como ferramenta de conservação do passado, a memória visa contribuir para a construção do presente e do futuro, permitindo que conhecimentos adquiridos sejam transmitidos às novas gerações. Sendo assim, Nora (1993) escreve sobre a importância da criação e o progresso de instituições como: museus, centros de memória, arquivos e centros de documentação, com a finalidade de suprir as necessidades de memória em vias de extinção, com capacidade de guardar lembranças e permitir o acesso a elas sempre que se fizer necessário ou conveniente, garantindo a transmissão do conhecimento e da experiência, para as gerações futuras.

Na obra “Leslieux de mémoire”, Nora (1984) apresenta a expressão “lugares de memória” referenciando lugares ou espaços em que a memória pode ser revivida ou recriada para a construção de uma memória coletiva capaz de identificar importantes grupos sociais que, por sua vez, podem contribuir também para uma identidade maior: a da nação. Para Ribeiro (2005), a visão tradicional das instituições de memória, as tornam espaços assumidos como locais privilegiados para a salvaguarda da produção de registros escritos, gráficos, sonoros, audiovisuais, eletrônicos, que formam uma memória que é importante preservar, pelo motivo de constituírem fator de identidade cultural.

Isto posto, entende-se que trabalhar pela preservação dos registros que compõem a memória social é uma questão de opção e necessidade. Opção, porque se trata de um tema relevante na atualidade (RIBEIRO, 2008) e necessidade, porque se vê a memória como um construto cultural, que viabiliza a constituição do marco identificador de uma sociedade ou de um grupo social. Preservá-la, portanto, significa acumular subsídios para o entendimento dessas sociedades, no tempo e no espaço, considerando que essa preservação se dá na medida em que as informações referentes à memória estão conservadas e disponibilizadas (AZEVEDO, 2010).

Arquivos, bibliotecas e museus são instituições memorialísticas responsáveis pela conservação e divulgação dos registros da memória. Porém esses lugares são vulneráveis a aspectos econômicos, à racionalidade administrativa, à inovação tecnológica e à disputa ideológica que muitas vezes colocam em risco sua própria existência (DEMPSEY, 2000).

Essas características compõem as fragilidades que circundam os registros de memória, e estão presentes desde o surgimento dos primeiros arquivos e bibliotecas de que se tem notícia (GOVEIA, 2014). Dentro desta propositiva assina-la Schellenberg (2006):

"Os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega. Entre os séculos V e IV a.C. quando **os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses**, isto é, no Metroon". (Schellenberg 2006, p. 25)

Nesse cenário, defendia-se uma ótica de pensamento que envolve risco e relevância, situando os registros de memória que configura o patrimônio da humanidade, entre a preservação e a posse material, espiritual, econômica ou simbólica (CHAGAS, 2005).

Esse pequeno histórico introduz a exposição do paradigma preservacionista e custodial. Um modelo de gestão e mediação de sistemas de informação que apresenta como diretriz principal a sobrevalorização da guarda e nas condições de custódia, através de um corpo de normas e de procedimentos que servem para alimentar o discurso historiográfico e ideológico de preservação/exaltação da identidade cultural – nacional, como também para sustentar o mercado dos bens materiais antigos e raros (SILVA; RIBEIRO, 2011).

4 CUSTODIALISMO: UM FENÔMENO SOCIAL DA INFORMAÇÃO

“A memória não é sequer capaz de conservar todas nossas próprias ideias, e é muito importante que possamos conservar as de outros homens.”

(ORTEGA Y GASSET, 2006, p.16)

O pensamento do filósofo espanhol Ortega y Gasset (2006) reflete a necessidade do homem de registrar e comunicar suas atividades ao longo da história, como forma de preservar sua memória e transmiti-la às gerações futuras. Ao ser definida como um valioso recurso, um bem humano capaz de salvaguardar o passado e contribuir para a construção do presente e do futuro, a memória é tratada por Ortega y Gasset (2006) como importante traço humano, matéria prima de desenvolvimento.

Para o filósofo, o homem se diferencia do animal por sua memória, pela comunicação às suas gerações ulteriores e pela capacidade destas de aprender com seus erros e acertos.

Os animais se defrontam a cada manhã com o fato de terem esquecido quase tudo o que viveram no dia anterior, e seu intelecto tem de trabalhar sobre um material mínimo de experiências [...] O homem, ao contrário, devido a seu poder de lembrar, acumula seu próprio passado, toma posse dele e o aproveita. O homem nunca é um primeiro homem: desde o início já existe a partir de um certo nível de passado acumulado. Este é o tesouro único do homem, seu privilégio e sua marca. (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.16)

Ao longo da história da humanidade esta necessidade de preservar a memória de um povo, como legado às gerações ulteriores, possibilitou a criação de inúmeros suportes, instrumentos e técnicas, com intenção de possibilitar segurança no acúmulo e preservação da memória, com a finalidade de transmiti-las às novas gerações.

Nesta mesma perspectiva, da necessidade de guarda da memória de um povo, do intuito de evitar o seu esquecimento ou desaparecimento, e da sua importância para às gerações futuras, esta pesquisa aponta para o fenômeno da custódia informacional, refletindo através de um conjunto orgânico de práticas de custódia em contato com contextos culturais formalizadas através das instituições de memória.

A respeito da custódia, há um debate fomentado por estudiosos críticos dos modelos tradicionais estruturados em torno da memória custodiada, ou seja, os conceitos de documentos, de arquivos, originalmente ligados as noções de custódia.

Antes de esmiuçarmos os questionamentos acerca das atividades que circundam os mecanismos de apreensão do conhecimento custodiado, faz-se necessário definir o conceito de custódia. Silva (2015) abordando etimologicamente o conceito da ‘custódia’, identifica nos léxicos e dicionários de terminologia tanto jurídica como arquivística os significados atribuídos a esse termo, declarando a polissemia da palavra destaca sua concepção jurídica expressa no direito e na legislação de diferentes países e aponta para dificuldade na sua aplicação, compreensão e uso no âmbito dos arquivos.

Nesse sentido e visando demonstrar de forma autêntica o trabalho de arguição da autora (2015) esta pesquisa fará uso de dois de seus quadros produzidos no intuito de demonstrar os significados para ‘custódia’ nos léxicos e nos dicionários jurídicos apontados por Silva:

Quadro 1 – Significados de custódia nos léxicos

Termos	Dic.Latim	Dic. Port.	Dic. Esp.	Dic. Fran.	Dic. Ital.	Dic.Ingl.
Proteger/ Proteção	Ernesto Faria	Caldas Aulete			HOEPLI	Oxford
Guardar/ Guarda/ Guardião	Ernesto Faria	Caldas Aulete	DRAE	Larousse		Oxford
Conserva- ção	Ernesto Faria				HOEPLI	
Prisão/ Cadeia/ Prisioneiro/ Menores	Ernesto Faria	Caldas Aulete	DRAE		HOEPLI	
Tutela		Caldas Aulete				Oxford
Vigilância			DRAE		HOEPLI	Oxford
Cuidado/ Assistência			DRAE		HOEPLI	Oxford
Posse						Oxford
Segurança						Oxford
Responsabili- dade						Oxford
Local de guarda	Ernesto Faria	Caldas Aulete				

Fonte: (SILVA, 2015, p.34)

Quadro 2 – Significados de custódia nos dicionários jurídicos.

DICIONÁRIOS JURÍDICOS	TERMOS
Vocabulário Jurídico De Plácido e Silva	• Proteção • Guarda • Defesa • Conservação
<i>Black's Law</i>	• Proteção • Guarda • Conservação • Prisão • Vigilância • Cuidado • Posse • Segurança • Responsabilidade

Fonte: (SILVA, 2015, p.34)

Silva (2015) conclui em relação ao sentido jurídico presente no significado da custódia que de um lado o termo refere-se à proteção e, de outro, ao aprisionamento. Semelhantemente, os dicionários de idiomas inquiridos pela autora demonstram que os significados mais comuns entre diversas línguas é o de guarda, proteção e prisão.

De outra maneira aponta Villaverde (2007), que tem por foco a função histórica da custódia. Para a autora a função da custódia é administrar os depoimentos da atividade social e das administrações públicas, baseando-se em um conjunto de elementos que incluem o documento em papel, a assinatura manuscrita e a garantia da custódia física desses documentos em um arquivo com a finalidade de validar atos, atitudes, intervenções, atuações, condutas, comportamentos. Chama atenção para o conceito de arquivo intimamente ligada a noção de custódia e aponta para sua indissolúvel ligação ao local onde estão guardados os documentos e por isso, suas primeiras designações fazem sempre referência a espaços físicos (armários, baús, etc.).

Durante las Edades Media y Moderna el concepto de archivo se referia solamente a aquél que había sido instalado en un lugar revestido de capacidad para ello por la autoridad de la que emanaba el “ius archivii” o “ius archivale”, es decir el monarca o quien hubiese recibido de él la delegación de esta función. En consecuencia, el lugar de la custodia constituía la esencia misma de la naturaleza dei archivo. (VILLAVERDE, 2007, p.58)

Apontados os conceitos para custódia apresentados por Silva (2015) e Villaverde (2007) fica nítido o vínculo estreito entre o termo e a compreensão dada ao

arquivo. Silva (2015) revela que a medida em que a custódia significa proteção responsável pelos documentos, sua interpretação deve estar associada às definições do termo “arquivo”, pois para ela a preservação dos documentos precisa de um lugar e de um agente responsável como forma de assegurar a continuidade, a autenticidade e o acesso aos arquivos e documentos, independentemente dos documentos serem convencionais ou digitais.

Neste estudo, ao abordar as práticas de custódia da memória, adota-se como quadro de referência o trabalho de Monteiro, Carelli e Pickler (2006) que advogam a divisão da memória em três temporalidades distintas, a oral, a escrita e a digital. A identificação do paradigma custodial nestas temporalidades, se faz necessário, visto que cada tipo de memória é distinto e nos oferece um valioso instrumento para examinar o passado.

Sem que a escrita se disseminasse, inúmeras narrativas orais foram produzidas nas sociedades e circularam, estruturando-se a partir dos valores e categorias da visão de mundo dos seus principais grupos sociais e contendo informações relativas ao saber adquirido e organizado em milhares de anos de observação dos fenômenos naturais e humanos. Histórias contadas e recontadas sem que se perdesse a informação original, um conhecimento sobre as origens do mundo, ou do grupo social, ou de uma prática medicinal, ou de uma técnica.

[...]na narrativa mítica, se ocultam informações que descrevem e explicam fenômenos físicos e humanos, observados, descritos e registrados com a diversidade cultural própria da espécie humana. Certamente, tanto quanto na sociedade contemporânea, essa estrutura intelectual foi capaz de criar novas formas de expressão do conhecimento, de criar possibilidades de transformação nos grupos e nas estruturas sociais. (FREIRE, 2001, p.18)

Antigamente, a arte de contar histórias ocorria em meio a grupos sentados ao redor de uma fogueira e, dentre eles, um contador de histórias, narrando as histórias que passavam de geração em geração. Eram chamados de xamãs, griots, personas importantes na estrutura social da maioria dos países da África Ocidental, cuja função primordial é a de informar, educar e entreter. Contadores de histórias, mensageiros oficiais, guardiões de tradições milenares: todos esses termos caracterizam o papel dos Griots, que na África Antiga eram responsáveis por firmar transações comerciais entre os impérios e comunidades e passar aos jovens ensinamentos culturais, sendo

hoje em dia a prova viva da força da tradição oral entre os povos africanos e era dessa maneira que os Estados locais apresentavam seus feitos.

Para sociedades ágrafas, o custodialismo justificava-se pela ausência de tecnologias de difusão e acesso aos bens da cultura, bem como o papel diferenciado que o conhecimento cumpria em sociedades pré-urbanas.

Com o advento da escrita, a memória transforma-se e os fatos passam a ser registrados e inscritos em suportes, representando uma extensão da memória humana.

A partir deste momento, o percurso da oralidade para a escrita, o conhecimento torna-se disponível, passível de consulta e análise. Para Gouveia Junior e Galindo (2012), esta ligação entre a memória e os meios de registro do conhecimento consolida a ideia de que registrar a memória em suportes materiais, levando à universalidade e ao acúmulo do conhecimento. Neste contexto, as possibilidades de se produzirem registros perenes de uma memória exterior à mente humana se dilataram significativamente.

Importa destacar que para as culturas com escrita, como a Egeia e a Egípcia, os monumentos eram os próprios documentos, e o registro dos feitos era obrigatoriamente público para referendar a ação dos governos.

Nesse sentido, Silva e Ribeiro (2011) citando Marc Guillaume (2003) ilustram a noção cultural e política erigida no torno dos registros que compõem a identidade de uma determinada sociedade:

Uma entidade externa que colectiviza objectos memoriais e os rituais que lhes estão associados perturba “o curso normal da memória e dos esquecimento, substituindo um passado vivido pelo imaginário de um passado eternizado. De tal modo que estes objectos, ao passarem a ser colectivos, perdem o essencial da sua eficácia simbólica: deixam de poder concluir o luto - particularmente quando eles próprios desaparecem. Carregados de significações novas, podem durar enquanto o Estado os proteger, porque este considera-os elementos úteis à sua própria semiótica. É por essa razão que o espaço social se satura de objectos comemorativos, de aniversários e de cerimónias, sem que a memória colectiva fique mais rica com isso (GUILLAUME, 2003, p.85)

A constituição dos arquivos e das bibliotecas correlaciona-se, de modo sumário, com a passagem do mundo da oralidade para o mundo da escrita, visto que essa transformação possibilitou a introdução de um novo elemento: o suporte. O Registro reificou a si mesmo como o símbolo do poder civil e do sacrário. Deste modo, as sociedades passaram a compreender o gregário à memória. Assim, a associação

entre memória e conservação do poder chegou até nós. Sempre mediada por agentes delegados do poder que regulavam o acesso à informação a quem lhes interessava. O Levita, o arquivista, o bibliotecário, o notário são exemplos destes agentes que chegaram até nossos dias.

Na sociedade da informação, uma estratégia para superar o problema da perda de identidade dos grupos sociais e da ausência de rituais mnemônicos, sendo considerados por Oliveira e Rodrigues(2011, p. 223) “chaves da memória coletiva dos povos”, diante do volume crescente de informação, aliados a fragilidade dos suportes digitais, surgem as instituições de memória, definidas por Pierre Nora (1993) como “lugares da memória”.

Essas instituições trazem consigo a responsabilidade de organizar, disponibilizar e preservar os registros do conhecimento humano, o qual só ocorre se a informação estiver “registrada em algum tipo de suporte e por meio de algum código garantindo sua permanência no tempo e portabilidade no espaço” (SMIT; BARRETO, 2002, p.20).

4.1 Teia da Custódia Informacional

- **MITOS**

As aptidões humanas à pergunta, à pesquisa, ao estudo, à análise, à experimentação, foram sendo aperfeiçoadas, ao longo do seu processo evolutivo, de tal maneira que estas se tornam evidências de que o homem traz latente em seu ser a curiosidade, como se os seres humanos fossem programados, tão somente, para aprender, de modo que não mais parariam, até a sua morte, e esta programação o impulsionaria cada vez mais rumo ao conhecimento (GONÇALVES, 2010).

É um desafio complexo refletir criticamente o fenômeno da custódia presente nas instituições de memória, visto que sua gênese envolve minúcias das relações sociais e históricas, ao longo do tempo.

Ainda neste enfoque, Gonçalves (2010) revela que:

A curiosidade é a base fundamental para o desvelamento da verdade, para o alcance do conhecimento, pois é uma ação que acompanha os animais desde cedo e só os deixa apenas com a sua morte (GONÇALVES, 2010, p. 11).

Para Assmann (2004, p.151), a curiosidade “é uma forma abstrata de interagir com o meio ambiente”. Ou seja, a percepção, impulsionada pela curiosidade, tem a capacidade de, conjuntamente com a avaliação de determinadas paisagens, presumir dados dentro de uma dimensão prospectiva.

Esses impulsos curiosos são comportamentos que, no curso da vida, expressam uma ligação com a sobrevivência individual e evolutiva enquanto espécie e inevitavelmente está ligada à uma organização social. Para avistar como desde os primórdios fomos capazes de enfrentar grandes mudanças e transpor duros limites, Manguel (2016) escreve sobre a curiosidade, e cita a teoria Darwiniana para demonstrar como a imaginação humana é um instrumento de sobrevivência, quando diz:

Para melhor aprender sobre o mundo, e, portanto, estar mais bem equipado para lidar com suas armadilhas e seus perigos, o Homo sapiens desenvolveu a capacidade de reconstruir a realidade exterior em sua mente e conceber situações que ele pudesse confrontar, antes de efetivamente se deparar com elas (MANGUEL, 2016, p.12).

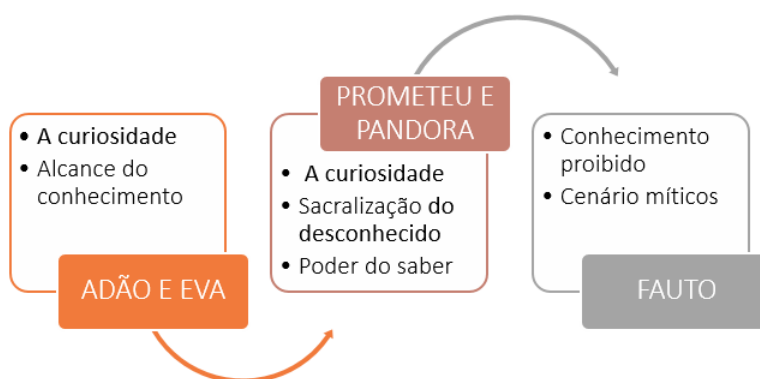
O autor estudou amplamente a curiosidade e explica por que a atitude de buscar o novo é tão considerável para humanidade. Para ele, a curiosidade é como uma arte do ser humano, uma característica essencial que nos permite sobreviver para imaginar as experiências que nos constroem e nos possibilitam entender o mundo que contém nossa identidade. O autor ainda esclarece que:

Nossa sociedade está construída sobre afirmações. Nosso contexto social representa uma das regras que constroem a muralha simbólica do lugar onde podemos viver juntos sob certa coerência. O indivíduo, para que essa sociedade continue viva, tem de questioná-la. Se há leis, elas devem mudar ao longo do tempo. E é a curiosidade do homem que pode alterá-las. Desde sempre, desde que as muralhas das sociedades eram verdadeiras, reais, o indivíduo queria saber o que havia do lado de fora para comparar com o que dispunha dentro e que caracterizava sua forma de viver. A curiosidade permite incorporar algo que não é real graças à imaginação. (MANGUEL, 2016, p.12)

Shattuck (1998) também investiga os limites do conhecimento humano. Avalia e descreve a história da curiosidade examinando mitos gregos, as “ciências duras”, e identifica um embate entre dois focos: de um lado, o poder imperioso das leis e dos costumes; de outro, as condições de liberdade de que usufrui a produção simbólica da mente.

Em suas investigações sobre os diferentes contextos do conhecimento, percebe que nossa livre vontade é extremamente atraída por um vácuo criado pela atmosfera do proibido (SHATTUCK, 1998). Nos vários caminhos que o autor aborda em sua inquirição essa premissa é revelada. Quando da análise dos textos sagrados da religião de tradição abraâmica, o cristianismo, avalia, a ligação que o “proibido” empreende sobre a natureza curiosa do ser humano, e aponta as consequências para os que atravessam as interdições existentes, como ilustrado na figura 2.

Figura 2 - Contextos fenomenológicos da custódia



Fonte: A Autora (2019)

Em análise, Shattuck (1998) declara:

[...] primeiro encontro simbólico do homem com o tabu, tanto dentro como fora de nós. O relato comunica o poderoso sentimento de “santidade e conspurcação[...] não ainda diferenciados” Frazer (1922, apud SHATTUCK, 1998, p. 61), [...] Com objetividade desajeitada das crianças, o elenco representa cenas encadeadas de obediência, e liberdade, tentação e ingenuidade, sexualidade e adoração. Acima de tudo as ações de Adão e Eva mostram que o mal vem ao mundo por meio de uma inextricável combinação de uma força exterior preexistente (a serpente) e do livre-arbítrio para desobedecer à proibição de Deus (claramente visto por Agostinho). Nenhum outro mito da criação que conheçamos mostra maior clareza e concentração ao tratar do conhecimento proibido (SHATTUCK, 1998, p.62).

O primeiro livro do texto sagrado, o Gênesis, descreve os impulsos do homem em busca do desconhecido.

[...] E ordenou o SENHOR Deus ao homem, dizendo: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal, dela não comerás, porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás.

FIGURA 3 - O Jardim do Éden com a Queda do Homem



FONTE: Pintura de Peter Paul Rubens, Jan Brueghel (<https://www.gratispng.com/png-bccpm7/>)

Galindo (2012), em raciocínio mais didático, explica:

No livro da criação do povo hebreu está consignado que Deus formou o homem do pó da terra, soprou em suas narinas o fôlego da vida e, desse modo, o homem foi constituído em alma vivente. Para fazer o homem habitar e reinar sobre toda a criação, Deus criou o Jardim do Éden e no meio dele fez brotar a árvore da vida, do conhecimento do bem e do mal. Recomendou expressamente que o homem não tocasse nem comesse o seu fruto, pois se assim o fizesse seus olhos se abririam irremediavelmente e ele se tornaria, como Deus, ciente do bem e do mal, mas, ao mesmo tempo, perderia sua alma imortal. (GALINDO, 2012, p.14)

Neste mesmo enfoque, o autor ainda explicita como a escritura dá legitimidade sacral às limitações existentes para os que queiram acessar o conhecimento, elucidando como:

O ato de acessar o conhecimento tornou o homem vulnerável ao seu entorno, condenando-o a partir de então a viver de seu trabalho e conferindo-lhe a responsabilidade da consciência e do livre-arbítrio. Depois da escolha de acessar a árvore do conhecimento, caberia a ele a escrita do seu próprio destino e a conservação de sua alma para a vida eterna. (GALINDO, 2012, p.14)

Análoga a história de Adão e Eva, a história de Prometeu e Pandora contada pelo poeta grego da antiguidade, Hesíodo, concede-nos mais uma narrativa sobre o relacionamento dos mortais e os Deuses, que configuram os impulsos curiosos e sacralização do desconhecido.

No mito Histórico, Prometeu um semideus, roubou o fogo de Zeus, desafiando à ordem divina, e presenteou os homens para que dominassem a natureza e escapassem da extinção. Zeus, o chefe dos deuses, havia proibido a entrega desse dom à humanidade, como retaliação enviou Pandora, a primeira mulher. Antes de enviá-la à Terra, entregou-lhe uma caixa, recomendando que ela jamais fosse aberta, pois dentro dela os deuses haviam colocado um arsenal de desgraças para o homem, sofrimento, preocupações e todo o mal. Vencida pela curiosidade, Pandora acabou abrindo a caixa, liberando todos os males no mundo, os graves problemas da humanidade mais uma vez haviam sido libertados pelos impulsos da curiosidade. (SHARTTUCK, 1998, p.28)

Figura 4 - A Caixa de Pandora



FONTE: Pandora (1896) de John William Waterhouse ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: Pandora _- _John_William_Waterhouse.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro: Pandora_-_John_William_Waterhouse.jpg))

Fausto, outro mito que compõe o acervo examinado por Sharttuck. Considerada uma das grandes obras-primas da literatura alemã, que segundo o autor de conhecimento proibido, tem sua origem verdadeira nos “contos e no teatro de

fantoches da Idade Média sobre o diabo como fonte de conhecimento que parecem haver convergido na figura histórica de Johann Faust, erudito e charlatão que praticava a magia negra e viveu por volta de 1500” (SHATTUCK, 1998, p.87)

Nosso segundo grande mito moderno cujas origens não se encontram na Antiguidade trata do inquieto médico-aventureiro de meia-idade: As versões escritas dessa lenda não são tão antigas quanto a do Graal. A história do médico erudito que vende a alma ao diabo a fim de obter poderes sobrenaturais partilha com os contos de cavalaria uma forte ênfase no tema da busca. (SHATTUCK, 1998, p.86)

A arguição do autor vai além dos cenários míticos e fabulosos, expõe casos concretos, especificamente técnicos e cotidianos. Explica que, ao longo de 4 mil anos, o ocidente descobriu ou inventou apenas dois enredos básicos, duas narrativas de alto poder explanatório: uma envolve as tradições judaica e cristã, oferecendo um relato das coisas que nos foram trazidas do alto por único Deus; a outra herdada do humanismo secular da renascença e do racionalismo iluminista.

• O ESTADO

A partir da descoberta do conhecimento, e ainda no contexto do comportamento indagador, curioso e fiscalizador, que as bibliotecas primitivas da antiguidade se instituem como parte do organismo burocrático Estatal coordenando o conhecimento registrado do período.

Figura 5 - Analogias do fenômeno da custódia durante a Antiguidade



Fonte: A Autora (2019)

Lemos (1998) cita a existência de grandes bibliotecas entre os séculos VIII e VII a.C., como a de Assurbanipal, rei a partir do século IV a. C, como sendo as mais vultosas no auge da cultura helênica, como a que Aristóteles criou em sua Escola de Filosofia. Esta biblioteca teria sido o modelo para a fundação, no século III a.C., da famosa biblioteca de Alexandria, uma das maiores já conhecidas e que sobreviveu a muitos saques e desastres naturais, até ter seu fim definitivo.

Manguel (1997, p. 217) comenta que Alexandria, no Egito, era uma cidade excessivamente burocrática com um trânsito de documentos administrativos imenso:

Há exemplos de documentos para todo tipo de tarefa, não importa quão pequena fosse: cuidar de porcos, vender cerveja, negociar com lentilhas torradas, manter uma casa de banhos, fazer uma pintura. Um documento datado de 258-257 a.C. mostra que os escritórios de contabilidade do ministro das finanças Apolônio receberam 434 rolos de papiro em 33 dias. (MANGUEL, 1997, p. 217)

Demonstrando disseminado domínio da escrita, no entanto, não se sabe se a biblioteca era reservada apenas aos eruditos ou a um público mais amplo. Parte do acervo desta biblioteca foi constituído principalmente a partir de um decreto de Ptolomeu III em que todos os navios que parassem em Alexandria tinham que entregar seus livros para serem copiados (após a cópia, às vezes devolviam-se os originais, às vezes as cópias). O objetivo era o de uma biblioteca que abrigasse a totalidade do conhecimento humano registrado. (MANGUEL, 1997)

Numa outra perspectiva, Martins (2002), afirma que as bibliotecas, desde seu surgimento, são consideradas lugares de depósito, onde mais se escondiam seus registros (tabletes de argila e rolos de papiro, códices em pergaminho) do que se os faziam alcançar e conservar-se para os demais. É importante destacar as características da indisponibilidade das obras aos profanos, ou melhor, a todos aqueles fora do círculo. Para o autor, esta prática prevalecerá até a Renascença, de modo que “as sandálias macias do monge medieval repetiam, no eco das abóbadas, o mesmo som ancestral dos sacerdotes sumerianos da biblioteca de Assurbanipal.” (MARTINS, 2002, p. 71).

• OS GUARDIÕES DA MEMÓRIA

Na Idade Média, predominaram as bibliotecas ligadas as ordens religiosas tanto no Ocidente como no Oriente, as quais foram responsáveis pela preservação da antiga cultura greco-romana registrada, utilizando-se de estruturas físicas (grandes

labirintos) e organizacionais manipuladas como impeditivos ao acesso do conhecimento. Submergindo no universo das bibliotecas medievais, é possível perceber o poder que estas exerceram na sociedade, bem como suas estratégias de administração, convictamente realizadas em suas atividades.

Figura 6 - Analogias do fenômeno da custódia durante a Idade Média



Fonte: A Autora (2019)

Em outras palavras, o mestre de *Gramática* indicava ao discípulo o caminho correto da leitura, quais os elementos a serem destacados, analisando-os pouco a pouco para, a seguir, fazê-los memorizarem o conteúdo com exercícios. E tudo isso para se chegar à *Sabedoria*, objetivo final do estudo, pois, como disse o mestre Hugo de São Vítor (1096-1141), “a filosofia é o amor, o estudo e a amizade para com a *Sapiência*” e “a procura da *Sapiência* é uma amizade com a divindade e com sua mente pura” (HUGO DE SÃO VÍTOR, *Didascálicon*, Livro I, 2). A memória estava, assim, intimamente associada à inteligência, pois se o discípulo não fosse capaz de reproduzir o que havia aprendido, ele, de fato, não aprendera!

Figura 7 - Iluminura do século XIII



Fonte: (COSTA, R., 2019)

Na literatura de Humberto Eco, *O Nome da Rosa*, uma obra clássica mundialmente conhecida, aborda-se o universo das bibliotecas medievais, retratando o poder que estas exerceram, através de uma estrutura simbólica, social, religiosa da história, expõe claramente o cotidiano de um mosteiro medieval, narrando acontecimentos que têm como pano de fundo a rotina clerical. Exibindo de que forma a ordem moral e religiosa se reveste de significações intencionais para pretextar e acomodar a censura por parte do regime eclesiástico (LE GOLF, 1993).

A história se passa nos anos de 1316 a 1334, durante o papado de João XXII. Sete assassinatos misteriosos ocorrem ao longo de uma semana, todos ligados a uma tentativa de barrar o acesso ao terceiro volume da *Poética*, de Aristóteles, considerado profano pelo bibliotecário. Os fatos transcorrem nos sete dias da semana, retratando as minúcias do cotidiano eclesiástico, das Matinas, Laudes, Primeira, Terceira, Sexta, Nona, Vésperas e Completas, horas em que os monges tinham determinadas obrigações religiosas. (CASTRO, 2006, p.2)

Na obra, o livro de Aristóteles, oculto num dos armários da complexa biblioteca, o qual instaurava a dúvida sobre se Jesus Cristo sorriu alguma vez em sua vida, de alguma situação ou de alguém. Essa demonstração subjetiva de gracejo era incompatível com a missão do filho de Deus, o qual certamente não teria demonstrado indícios de alegria. A assertiva tem por base os Evangelhos, pois em nenhum deles se descreve alguma manifestação de riso por parte de Cristo. (CASTRO, 2006)

Eco (1986), evidencia na sua obra o embate clássico entre a fé e a razão, assim como o esforço da Igreja Católica em manter inabaláveis seus dogmas e critérios de verdade. Assim como é constatado por Coutinho (2004, p.5), quando afirma que “a verdade absoluta é exatamente ‘Teos’, Deus [e...] há apenas uma fonte de verdade, o próprio Deus”.

A obra de ECO (1986) deixa claro o paralelismo de forças contrárias entre aqueles que organizavam e controlavam a produção e circulação do conhecimento em geral e os que infringiam as regras de acesso a obras proibidas, na procura do conhecimento. Nela, a prática da custódia, como atividade de armazenar e conservar o conhecimento, surge não com o objetivo de disseminar, ao contrário, explicita o controle sobre a não disseminação. (MARCHIORI, 2006)

A biblioteca retratada por Eco metaforiza, num sentido mais amplo, o sonho de todos os povos, desde as mais antigas civilizações, de ter sob a sua guarda toda a memória do mundo, como fonte de importância e poder. Por outro lado, evidencia as estratégias de destruição da identidade de uma sociedade através da censura e da queima de livros. (CASTRO, 2006, p. 4)

Na Idade Média prevaleceu a visão de natureza influenciada expressivamente pela teologia cristã, que passou então a ser compreendida como uma natureza orgânica e imutável, movida eternamente a partir de causa e fins pré-determinados, num mundo situado no centro do cosmos (CASTELNOU, 2006).

Estas são algumas narrativas que desenham o fenômeno da custódia que envolve a apreensão do conhecimento. Há, por tanto, ao longo da História, várias barreiras e virtuosas diligências instituídas em busca do conhecimento. No campo científico: Os impedimentos residem dos tempos de Galileu, Bacon, Copérnico, atravessam as leis de Newton, Teoria atômica, Biologia molecular e outros. No cenário comum, vulgo, “dia a dia”: Empecilhos imperceptíveis para olhos desavisados; moram nos interditos culturalmente erigidos em torno da infância, nos bloqueios erguidos pela burocracia, cotidianamente revalidados em instituições públicas e privadas, no fazer científico balizado por um modelo preconcebido e deveras engessado, esses, são apenas alguns dos exemplos históricos, imagéticos, e culturalmente erigido no entorno do comportamento empreendedor, curioso, e, também, interditor da humanidade.

- **A LUZ DO CONHECIMENTO**

O início do século 17 testemunhou o desenvolvimento da moderna ciência experimental sob a influência de grandes pensadores como Galileu, Descartes, Kepler, Leibniz e Newton. A explicação da natureza, considerada um campo experimental maravilhoso na época, foi alcançada por um processo repetido de rectificações sucessivas.

Figura 8 - Analogias do fenômeno da custódia durante o período iluminista e na modernidade

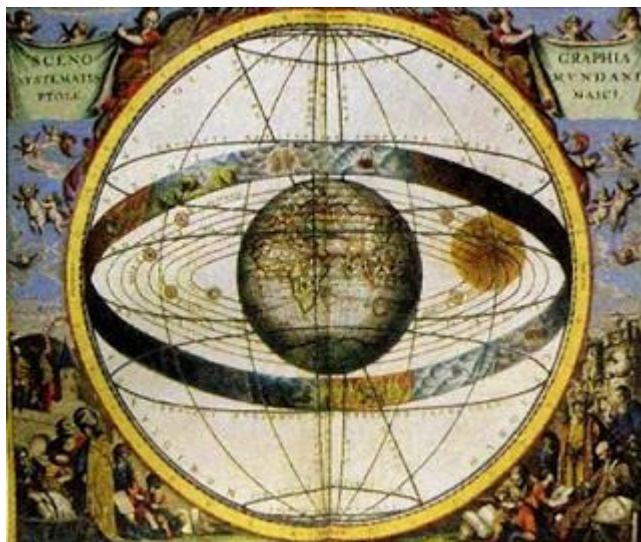


Fonte: A Autora (2019)

Habitamos numa superfície estática, iluminada a cada dia por um sol. A ideia de fazer parte de uma galáxia diminuta que com milhares e milhares de outras galáxias, se deslocando pelo espaço, atraída por uma anomalia gravitacional no vácuo intergaláctico, não foi aceita sem esforço, houve muitos tormentos antes que se chegasse a atual compreensão do cosmo. (MOSLEY E LYNCH, 2011)

O interesse sobre a ordenação do Sistema Solar durante muito tempo proporcionou muitos anos de observações, estudos e debates. Discutia-se sobre os movimentos celestes e a posição da terra no universo, e questionava-se: O Sol gira ao redor da Terra ou a Terra gira ao redor do Sol? O que atualmente parece ser uma pergunta muito simplória, por conta da Ciência avançada, já foi durante um longo período, motivo de grandes debates, condenações e ameaças de morte na fogueira. Duas teorias surgem para responder a essa pergunta.

Figura 9 - Modelo Geocêntrico



Fonte: (MOSLEY; LYNCH, 2011, p.22)

Para sumérios, babilônios e egípcios, o sol, a lua, as estrelas e os planetas giravam à nossa volta. Muitos pensadores desenvolveram teorias para explicar o cosmo, foram mais de 600 anos de aperfeiçoamento.

A teoria Geocêntrica, que mais tarde veio a se consolidar originou-se de uma proporção estabelecida pelo filósofo e matemático ateniense Platão, por volta de 400 a.C. Para ele, o círculo era uma forma perfeita, e isso o convenceu de que, por isso, os planetas, o sol, e a lua percorriam órbitas circulares em torno de uma terra esférica (MOSLEY; LYNCH, 2011).

Coube aos discípulos de Platão criar um modelo capaz de certificar a filosofia do mestre. Eudoxo elaborou uma solução astuta, usou 27 esferas para explicar os movimentos celestes, mas o modelo foi aperfeiçoado por Aristóteles, seu contemporâneo. Este último dispôs 55 esferas concêntricas ao redor da terra, cada qual responsável por um movimento específico dos corpos celestes, girando em círculos perfeitos e eternos por uma substância chamada “éter”. Do lado de fora, pôs o “motor imóvel”, essa força que séculos mais tarde representava a força do Deus cristão. (MOSLEY; LYNCH, 2011)

Essa uma exposição do processo de transformação que levou da ciência qualitativa de Aristóteles, fundamentada em princípios filosóficos, à ciência moderna,

estruturada sobre uma combinação de empirismo e matematização (PORTO; PORTO, 2008).

A cosmologia de Aristóteles, ou a sua interpretação cristã, prevaleceu por que compreendia o senso comum da época. Aristarco de Samos tinha uma solução explicativa para as incompreensões que restavam nas explicações dadas pelos astrônomos antigos, o problema dos planetas que se comportam de maneira estranha, ora mais rápido, ora lentamente, às vezes próximos e outras distantes da terra. Aristarco pôs o sol no centro do cosmo, com a terra e os outros planetas ao seu redor na ordem que o conhecemos hoje, e as estrelas fixas bem mais afastadas. Porém o senso comum, lógico não conseguiu superar alguns questionamentos: Se a terra se move, por que ao atirmos um objeto como uma flecha ela cai em linha reta, em vez de parar longe do ponto de lançamento? Ou por que não sentimos um forte vento passando por nós, como acontece quando estamos em um navio? (MOSLEY; LYNCH, 2011)

No século II d.C. a teoria geocêntrica aperfeiçoada pelo astrônomo grego Claudio Ptolomeu no início da Era Cristã, baseou-se nas observações de seus predecessores para construir um modelo astronômico geocêntrico, compatível com os dados experimentais disponíveis, adotou uma série de hipóteses a respeito do movimento dos planetas, admitindo para cada planeta a composição de um movimento, incluía muitos epiciclos (círculos dentro e círculos) para conciliar os movimentos observados dos planetas em torno de um certo ponto, que, por sua vez, descrevia uma trajetória circular (deferente) em torno de um outro centro. O que pesa na crescente complexidade adotada pela descrição do Universo ptolomaico e a flexibilização de algumas teses centrais do pensamento cosmológico aristotélico, como por exemplo, a ideia de que as esferas a que pertenciam os planetas eram todas centradas na Terra, o modelo de Ptolomeu obteve uma enorme aceitação, pelo sucesso na explicação dos dados experimentais disponíveis. (PORTO; PORTO, 2008).

No século XVI a visão cosmológica aristotélico-ptolomaica é abalada pela teoria heliocêntrica proposta por Nicolau Copérnico que, ao destituir a Terra da posição de centro do universo, rompe a separação essencial entre a Terra e o Céu. O desenvolvimento da Ciência Moderna, característica fundamental do período

conhecido como Renascença, traz a consolidação do pensamento cartesiano e, conseqüentemente, uma nova visão sobre a natureza (PORTO; PORTO, 2008).

Uma das características fundamentais do período conhecido como Renascença é o desenvolvimento da Ciência Moderna, o período traz a consolidação do pensamento cartesiano e, conseqüentemente, uma nova visão sobre cultura, sociedade, política, economia e religião, um progressivo abrandamento da influência do dogmatismo religioso e do com uma simultânea e crescente valorização da racionalidade, da ciência e da natureza. Desta forma, o mundo passa a ser explicado não mais pelas escrituras sagradas, mas por meio de causas puramente físicas. (BRAGA; REIS, 2004)

Dessa forma, ao instituir uma feição mecanicista de natureza, a ciência moderna acabou por despojar a natureza completamente de qualquer vestígio de sacralidade, seja de concepção teológica, filosófica ou ideológica (COSTA, 2007).

- **ERA DA INFORMAÇÃO**

Após o homem percorrer pela história, a sociedade pós-moderna traz consigo novas possibilidades de representação de mundo, de conhecimento, uma memória registrada. Nesse sentido, Lévy (1998) aponta ainda a possibilidade de uma nova representação do conhecimento nas mídias digitais, especialmente on-line.

Como se pode observar, desde a antiguidade, a memória é registrada em diversos suportes de inscrição que buscam preservá-la e torná-la disponível ao longo do tempo, como memória patrimonial de povo.

Essa busca incessante de ampliar a capacidade de registro da memória humana, o homem desenvolveu ferramentas como instrumentos de apoio à memória individual. Estas ferramentas referem-se às tecnologias de informação, que através de suportes artificiais, deu condição a uma nova dimensão na cultura humana.

Figura 10 - Analogias do fenômeno da custódia na Era da Informação



Fonte: A Autora (2019)

As transformações que observamos nesta sociedade, hoje são inseparáveis de condições como a globalização. São também o resultado de um processo histórico muito mais longo e mais complexo que, apenas, o uso extensivo de ferramentas digitais. Essas transformações possibilitam o fácil acesso à informação e à nova capacidade de acesso e geração de dados.

Ferreira e Amaral (2004) tratam este contexto tecnológico quando alertam para a constituição de uma nova memória como característica dessa sociedade atual baseada na cooperação e convergência de tecnologias, assim como para a necessidade de uma preocupação com essa memória contemporânea, visto que o arquivamento digital não apresenta a linearidade temporal das memórias anteriores.

4.2 Fatores Contextuais da Custódia

É um desafio complexo estudar contextualmente o fenômeno da custódia, como prática presente nas instituições de memória, visto que sua origem envolve relações sociais que não se limitam às práticas humanas, mas abrange associações mais amplas.

É possível perceber que os processos de guarda da memória, como práticas que possibilitam a conservação da memória de um povo às gerações futuras, ocorrem dentro de um contexto. Para Presser (2017), ao debater Dourish (2004), numa perspectiva fenomenológica, a autora apresenta o contexto como aspectos que, quando relacionados, são reconhecidos pelas partes em algum tipo de interação, com base nas atividades cotidianas das pessoas, suas culturas e entendimentos de senso comum sobre a natureza do mundo social.

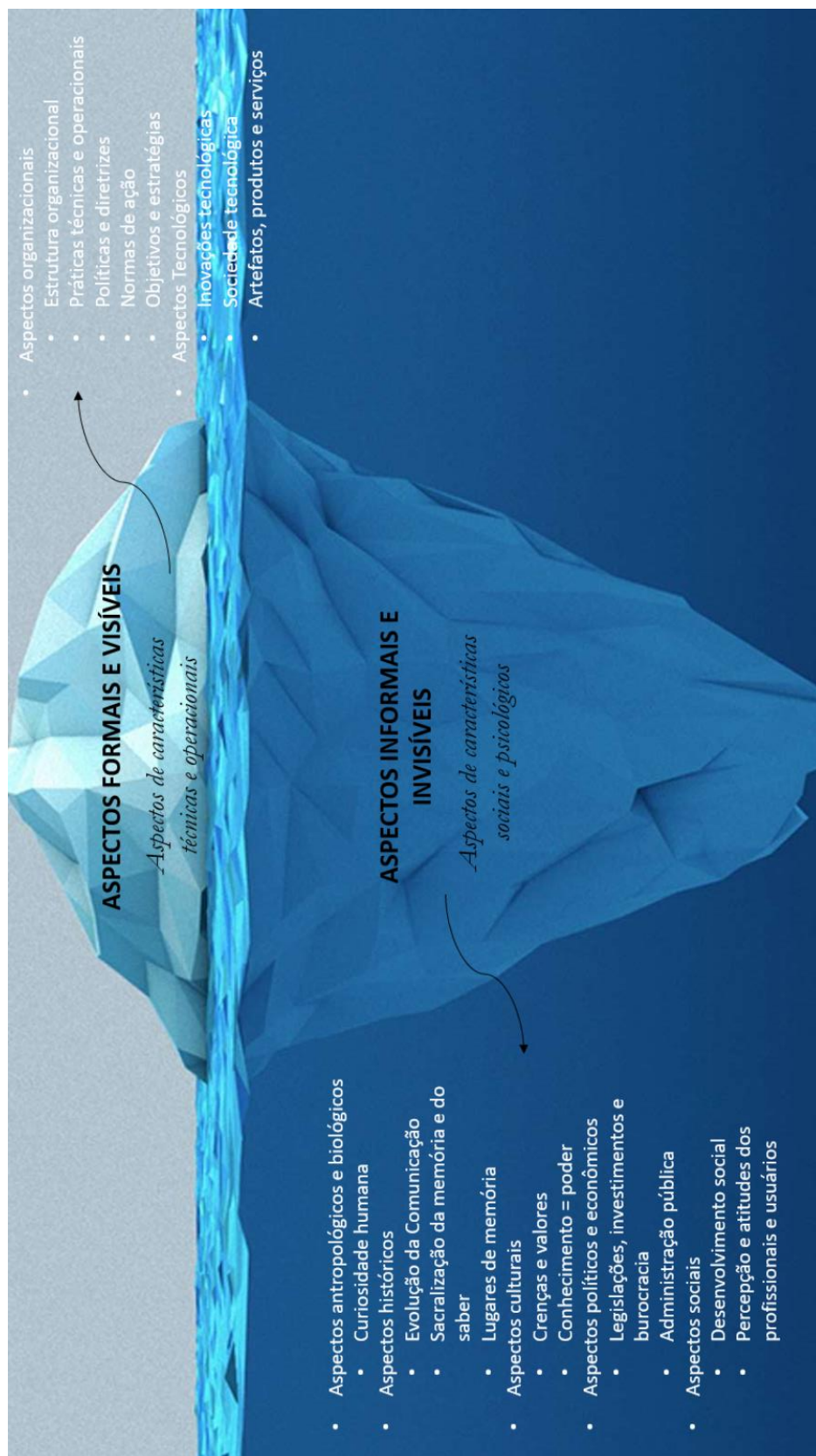
Nessa perspectiva, o contexto não se apresenta, apenas, como algo que descreve um cenário, como escopo de representação. Na tentativa de descobrir onde estão estas fronteiras, busca-se neste estudo identificar e descrever o contexto como forma de compreensão do processo de custódia da memória e das várias forças contextuais que o afetam de forma dinâmica e contínua.

Através da figura 11, é possível descrever o contexto da custódia da memória através dos seus elementos constitutivos, considerando que esta prática ocorre em todo o escopo de interação.

Os aspectos contextuais da custódia, neste estudo, compreendem elementos que têm uma influência antropológica, dinâmica e previsível sobre esta prática nas instituições de memória, por meio do papel participativo que os profissionais, guardiões da memória, desempenham.

Baseados nos estudos de Chiavenato (1999) sobre cultura organizacional, adota-se neste trabalho os aspectos contextuais da custódia distribuídos na imagem de um iceberg, pois nela existem várias camadas e quanto mais aprofundamos estes níveis tanto maior é a dificuldade de alterá-los.

Figura 11 - Aspectos Contextuais da Custódia



Fonte: Adaptado de Chiavenato (1999, p.40)

No topo, os aspectos formais e visíveis compreendem os aspectos físicos de uma instituição de memória, tais como: instalações, estrutura organizacional, normas e técnicas, entre outros elementos que podem ser modificados mais facilmente. Importa destacar, ainda, outros aspectos não humanos, como tecnologia e infraestrutura, os quais, de formas variadas, limitam e motivam a prática da custódia. Entre os aspectos formais do fenômeno da custódia, destacam-se;

Aspectos organizacionais

- Estrutura organizacional
- Práticas técnicas e operacional
- Políticas e diretrizes
- Normas de ação
- Objetivos e estratégias

Aspectos Tecnológicos

- Inovações tecnológicas
- Sociedade tecnológicas
- Artefatos, produtos e serviços

Já na profundidade da Figura 11, na parte submersa do iceberg, estão as camadas mais difíceis de alterar, nela estão enquadrados elementos informais como: crenças e valores, aspectos históricos e sociais, ou seja, aspectos não palpáveis no contexto das instituições e mais complexos de lidar. Nesta perspectiva, incluem-se, ainda, os demais aspectos contextuais (cultura, condições socioeconômicas) e, dentre eles, a incorporação das várias forças contextuais presentes no fenômeno da custódia, como prática presente nas instituições de memória, que objetiva concretizar o sonho de armazenar o conhecimento produzido e, em tese, torná-lo passível de recuperação (SILVA; RIBEIRO, 2011)

Entre os aspectos informais e invisíveis, destacam-se;

Aspectos antropológicos e biológicos

- Curiosidade humana

Aspectos históricos

- Evolução da Comunicação
- Sacralização da memória e do saber
- Lugares de memória

Aspectos culturais

- Crenças e valores

- Conhecimento = poder

Aspectos políticos e econômicos

- Legislações, investimentos e burocracia
- Administração pública

Aspectos sociais

- Desenvolvimento social
- Percepção e atitudes dos profissionais e usuários

Entre os aspectos contextuais levantados– formais e informais – é possível observar a forte relação e interdependência com o fenômeno da custódia.

De maneira elucidativa, Morgan (1996) afirma que uma instituição é composta por pessoas, e estas carregam consigo suas realidades, o que as levam a reproduzir essas representações em suas práticas. Dessa forma, surge uma ligação direta entre cultura, instituição e práticas, onde toda instituição ao realizar seus procedimentos, dependem das práticas das pessoas, estas que são arraigadas em suas representações.

4.3 Fenomenologia da Custódia

Fenomenologia (do grego *phainesthai* - aquilo que se apresenta ou que mostra – e logos explicação, estudo) é uma metodologia e corrente filosófica que afirma a importância dos fenômenos da consciência, os quais devem ser estudados em si mesmos, objetos ideais que existem na mente, cada um designado por uma palavra que representa a sua essência, sua "significação". Os objetos da Fenomenologia são dados absolutos apreendidos em intuição pura, com o propósito de descobrir estruturas essenciais dos atos (*noesis*) e as entidades objetivas que correspondem a elas (*noema*). (WIKIPEDIA, 2019)

Edmund Husserl, tido em consenso como fundador da fenomenologia, a divulgava como uma ciência das estruturas essenciais da consciência pura. Para ele a fundação de uma filosofia sem pressuposições, seria o desígnio final para a constituição de uma ciência rigorosa a partir das experiências do ser humano consciente que vive e age num mundo que ele percebe, interpreta e que faz sentido para ele (WAGNER, 1979; MOREIRA, 2004).

Para Husserl, a tarefa da fenomenologia é estudar a significação das vivências na consciência, voltar as coisas mesmas, e interessar-se pelo puro fenômeno, da forma como ele se apresenta à consciência, dando destaque à experiência vivida no mundo da vida (DARTIGUES 1992). Dartigues (1992), afirma que se trata de uma “individualidade genial”, ou seja, na fenomenologia, a filosofia tem a característica de uma **experiência comum**, com **temáticas que dizem respeito a todos**, em detrimento de visões particulares de mundo.

Nesse sentido, Locke (1988) alega que o conhecimento humano se coaduna com sua experiência e dela deriva o próprio conhecimento. O autor rompe com a crença de que o homem possui ideias inatas que se encontram em sua alma desde seu nascimento e expõe em seu ‘Ensaio acerca do entendimento humano’ a relevância da experiência para o conhecimento, ainda que sob o domínio da tradição cartesiana, onde a consciência é uma consciência própria, fruto de suas próprias ideias.

Husserl partilha da mesma ideia em suas teorias sobre o conhecimento, contudo, com sua fenomenologia vai além, e propõe uma dinâmica diferente para a consciência das coisas a partir das experiências, incluindo o conceito de intencionalidade. Parte da premissa que, estando concentrados sobre seus objetos, deixa-se de perceber os “atos subjetivos da experiência” em si mesmos, para que estes sejam evidenciados deve-se modificar a atitude ingênua, através de um ato específico de reflexão. O que aparece no raciocínio durante uma análise fenomenológica é o objeto intencional, que determina que toda experiência não é caracterizada apenas pelo fato de que existe uma consciência, mas é simultaneamente determinada pelo objeto intencional do qual se tem consciência (SCHUTZ, 2012, p. 70).

Desta maneira, a tarefa efetiva da fenomenologia será, pois, analisar as vivências intencionais da consciência para perceber como aí se produz o sentido dos fenômenos, o sentido desse fenômeno global que se chama mundo. Trata-se, para empregar uma metáfora aproximada, de distender o tecido da consciência e do mundo (DARTIGUES, 1992, p. 22).

Portanto, a análise intencional como Husserl apresenta só é possível se a consciência suspende a crença ingênua, para se colocar como um desdobramento do campo original da intencionalidade, o que Husserl chama de atitude fenomenológica

(DARTIGUES, 1992). Ou seja, na redução fenomenológica, é necessário analisar a realidade da vida cotidiana e separa-la do senso comum, abrindo espaço para um esforço de controle da mente de refrear os juízos e as opiniões naturais, sobrando, a “completude concreta do fluxo de nossa experiência que contém todas as nossas percepções, reflexões, em suma, nossas cogitações.” (SCHUTZ, 2012, p. 71).

Hegel, também, trata a experiência de forma ampla, incluindo a totalidade da cultura, desde os níveis mais simples do senso comum e das crenças religiosas, passando pelo mundo do trabalho, dos costumes e da arte, até a experiência elaborada com rigor do método científico. Fazer experiência com alguma coisa, consiste, para Hegel, em procurar o ponto em que essa coisa se manifesta tal como é, e não como pareça ao primeiro olhar. A “ciência da experiência da consciência” lida com o infinito manifestado no finito (SANTOS, 2007, p.33)

De acordo com Dartigues (1991) não se trata, pois, para Hegel, de construir uma filosofia na qual a verdade do absoluto se enuncia fora ou à parte da experiência humana, mas de mostrar como o absoluto está presente em cada momento dessa experiência, interligada a sua totalidade cultural, seja ela religiosa, estética, jurídica, política ou prática. O absoluto, ou ponto que se manifesta o objeto de análise fenomenológica, sendo capaz de ser reconhecido, é qualificado como ser ou espírito, de modo que a fenomenologia será uma filosofia do absoluto ou do espírito. Ou seja, uma retomada paciente do caminho que o espírito percorre no desenrolar da História.

Contudo, não é a fenomenologia hegeliana que se perpetuaria no século XX sob a forma do movimento de pensamento que traz o nome de fenomenologia. “[...] na fenomenologia hegeliana, o fenômeno é reabsorvido num conhecimento sistemático do ser, já na fenomenologia husserliana o sentido do ser e o do fenômeno não podem ser dissociados.” (DARTIGUES, 1992, p.2).

Indícios dessa abordagem também podem ser encontrados em Morin (1991), para quem a sociedade humana surge como “uma variante e um desenvolvimento prodigioso do fenômeno social natural” (MORIN, 1991, p. 49) onde a cultura constitui um sistema generativo de alta complexidade e deve ser transmitida, ensinada, aprendida, quer dizer, reproduzida em cada novo indivíduo no seu período de aprendizagem, para poder se autoperpetuar e para perpetuar a alta complexidade social.

Enquanto abordagem compreensiva que busca o desvelamento dos fenômenos na mente dos indivíduos, a fenomenologia pode oferecer na análise do fenômeno da custódia, a compreensão de interações sociais complexas, como as ocorridas nos processos de armazenamento e uso da informação, revelando o cerne das ações que refletem o chamado paradigma custodial da Ciência da informação dentro de uma construção intersubjetiva.

Ajudando, desta maneira, na compreensão da informação não como um dado ou como uma coisa com significado fixo (BUCKLAND, 1991), e sim, como um processo, algo que será percebido de acordo com os sujeitos, de variadas formas (ARAÚJO, 2003; ARAÚJO, 2007). Dando a oportunidade de enxergar os processos por trás da informação, que estão fortemente ligados à perspectiva fenomenológica, que pelo viés dos fenômenos da consciência e dos objetos ideais existentes na mente tem o propósito de descobrir estruturas essenciais nos atos.

Diante do exposto, considera-se o paradigma custodial um fenômeno social, e como tal, segundo L. A. Tckeskiss (1934), deve ser assinalado como síntese ou produto da atividade humana, a qual está relacionada a uma consciência humana. O autor (1934) explica que a complexidade do fenômeno social pode ser compreendida, pelo fato de estar interligado a aspectos da vida humana. Dessa forma, está relacionado com todo organismo humano, que por sua vez, submete-se a relações regulares e determinadas por leis.

Pela perspectiva fenomenológica, a custódia se apresenta como um fenômeno constante das práticas organizacionais realizadas pelas instituições de memória, a praxe que envolve as atividades dentro dessas instituições, formam o exterior do corpo que constitui o paradigma custodialista. Isto é, o intuito de preservação, salvaguarda e restrição de uma determinada informação perante uma comunidade, que inclui como prática, a salvaguarda da produção de registros que formam uma memória que é importante preservar, estoque de conhecimento que é enriquecido permanentemente, constituem as relações regulares que norteiam o fenômeno da custódia.

Conforme Malheiro e Ribeiro (2011), é possível identificar o paradigma custódial, através do modo de ver e de fazer, gerado no contexto do Estado-Nação, e pela sua “metamorfose em Estado Cultural” induzido, desde cedo, pela formação realizada ao longo de anos, no interior das instituições memorialísticas, dos centros

de Documentação Científica e Técnica, dos profissionais de Arquivo, e também, de Biblioteca.

Nesse sentido, os autores expõem as características essenciais desse paradigma:

Sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte, como função basilar da atividade profissional de arquivistas e bibliotecários; Identificação do serviço/missão custodial e público e Arquivo e de Biblioteca, com a preservação da cultura “erudita”, “letrada” ou “intelectualizada” (as artes, as letras e as ciências), em antinomia mais ou menos explícita, com a cultura popular “de massas” e de entretenimento;

Enfatização da memória como fonte legitimadora do estado-nação e da cultura como reforço identitário do mesmo estado e respectivo povo, sob a égide de ideologias de viés nacionalistas;

Importância crescente do acesso ao “conteúdo”, através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos, e índices) dos documentos e do aprofundamento dos modelos de classificação e indexação, derivados do importante legado tecnicista e normativo dos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine, com impacto na área da documentação científica e técnica, possibilitando a multiplicação de Centros e Serviços de Documentação/Informação, menos vocacionados para a custódia e mais para a disseminação informacional;

Prevalência da divisão e assunção profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições arquivo e biblioteca indutora de arraigado e instintivo espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (persiste a ideia equívoca de que as profissões de arquivista, de bibliotecário e de documentalista geram, naturalmente, disciplinas científicas autônomas como a Arquivística, a Bibliotecologia/Biblioteconomia ou a Documentação). (MALHEIRO; RIBEIRO 2011, p. 34)

No contexto do fenômeno da custódia da informação, objeto ao qual essa pesquisa se assenta, fica clara a necessidade de enfatizar as relações sociais estabelecidas pelas pessoas nos processos de identificação de emergências, das práticas culturais que se relacionam com o comportamento social em informação. Chatman (1996, 1999, 2000) Apud Presser; Gonzalez (2017), informam que a autora, na área da CI, têm se destacado por explorar populações dentro de um contexto social. A autora citada, em suas investigações se concentrou nas barreiras sociais do acesso à informação e delineou seu trabalho com conceitos e proposições para explicar suas observações. Uma das conclusões discutidas por Presser e Gonzalez (2017) acerca das pesquisas de Chatman são as considerações levantadas em suas pesquisas ligadas ao comportamento das pessoas em sua vida cotidiana, como estas vivenciam as informações em resposta às suas necessidades de informações, todo esse viés de inquirição é avaliado dentro de um contexto no qual esses indivíduos estão inseridos e das relações sociais que lá se estabelecem. Assim, os autores

explicam que toda a estrutura conceitual, na qual Chatman, insere o conceito de vida social, se desenvolveu explorando o comportamento em informação na perspectiva da vida vivida em um *mundo pequeno*. Presser e Gonzalez (2017) transportam o conceito de mundo pequeno que trata a autora:

Um mundo pequeno para Chatman (1999) é uma sociedade em que as opiniões e as preocupações mútuas são refletidas pelos seus membros, um mundo em que língua e costumes vinculam os seus participantes a uma visão de mundo comum e aceita. Recursos (materiais e intelectuais) são conhecidos e facilmente acessíveis. É um mundo em que há uma consciência coletiva sobre o que é importante e o que não é, quais ideias são relevantes e quais são triviais, em quem confiar e em quem evitar. (PRESSER e GONZALEZ 2017, p. 13)

Para Schutz e Luckman (2003), é possível entender essa realidade através da manifestação do mundo vivido, o qual os autores denominam ser, a convergência do subjetivo percebido e constituído no indivíduo com o objetivo expresso pelo ser humano em sociedade. Essa é a formulação com que Schutz fixa sua teoria da realidade (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003). Schutz, como estudioso da sociedade, se aproxima de uma interlocução forte entre as instâncias psicológica e sociológica. Essas instâncias, como parte do intelecto humano, colaboram para que as representações sociais se constituam como a expressão de que o dito, o discursado, a manifestação do percebido, podem refletir o pensado e o sentido pelas pessoas.

Nesse sentido, e trazendo para a luz do paradigma custodial, Capurro (2003), em um de seus estudos sobre epistemologia e sobre CI, observa que o predomínio de um paradigma científico está sempre, em parte, condicionado às estruturas sociais, extensivo, também, a eventos fora do mundo científico, cujo efeito multicausal não só é difícil de prever, como também é difícil de analisar a posteriori, atribuindo importância ao caráter coletivo dessas relações, determinado pelas interações construídas.

A reflexão sobre a natureza custodial como uma prática “danosa” à memória é uma realidade contemporânea cujos debates tomam cursos interdisciplinares, balizados na premissa de que: poder de guarda deve ser substituído pela necessidade de difusão e acesso da informação. Essas reflexões sugerem mudança de paradigma, vislumbra o fluxo da memória de um contexto de privilégio, exclusivismo, ao uso e acesso da informação de forma democrática.

Kuhn (1998) em sua obra ‘A estrutura das revoluções científicas’ traz a definição de paradigma, amplamente utilizada por comunidades científicas de diversos campos do conhecimento. Paradigmas são “as realizações científicas

universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. KUHN (1998 p.13) Para este autor, um paradigma corresponde a uma “constelação de crenças, valores, técnicas[...], partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada” (KUHN, 1998, p.218). Em outras palavras “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 1998, p.219).

Com base nas considerações de Kuhn (1998) sobre a composição de um paradigma, entendesse a custódia informacional como um fenômeno da vida social compartilhado. Compreendendo ações, que constituem a vontade humana, “Sobrevalorização da custódia”; “preservação da cultura ‘erudita’, ‘letrada’ ou ‘intelectualizada’” (Malheiro e Ribeiro 2011, p. 34), que por sua vez estão submetidas a comportamentos psicoevolutivos (MATURANA e VARELA, 2007), construídos socio-culturalmente (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003), (CHATMAN 1996; 1999; 2000) e, por conseguinte ligadas à um ser psíquico, resultado de um processo complexo que torna difícil sua definição.

Sendo assim, o fenômeno da custódia, sendo um fenômeno social, está relacionado com todo o organismo humano, que por sua vez, está adjudicado a determinadas leis, e que, portanto, é um fenômeno constante, tem relações com outros fenômenos sociais, fenômenos sociais de caráter coletivo, fenômenos individuais com sentido social e histórico e é por estes últimos provocado. Isso constitui mais um motivo para sua complexidade (TCKESSISS, 1934).

Mais uma grande dificuldade a qual vamos chamar a atenção, relacionada ao fenômeno da custódia, consiste no antagonismo do fato que cada fenômeno social está relacionado com a atividade humana que é, antes de tudo, a expressão da vontade. A humanidade acredita que a revelação de sua própria vontade é um ato livre, que não está interligada a alguma lei, e isto ocasiona grande dificuldade ao estudo científico do fenômeno.

5. PÓS – CUSTÓDIA: A VALORIZAÇÃO DO ACESSO

Integrando a complexa rede de relações que os sujeitos estabelecem com o mundo, a informação, sempre foi o elo para a construção do cotidiano e da realidade. Atualmente, com o advento da chamada sociedade em rede (CASTELLS, 1996), ou sociedade do conhecimento e da informação, ficou mais latente o entendimento da informação como insumo econômico, social e cultural, como destaca SUAIDEN:

Em cada período histórico as sociedades humanas têm elementos que caracterizam a base de sua organização social. Quando esses elementos se convertem em princípios de ação, ou em princípios organizadores do comportamento humano e da forma como as organizações e as instituições sociais funcionam, eles se constituem em valores que caracterizam o seu entorno social e o período histórico que estão construindo. Criado pela necessidade que tem o homem de entender e explicar o meio em que vive, esse é o papel que a informação e o conhecimento desempenham no mundo hoje. (SUAIDEN, 2006, p. 1).

Desde a Antiguidade, as pessoas utilizam informações e conhecimentos, seja por meio empírico, através das experiências e pelos sentidos, ou por hipóteses teóricas, para organizar o mundo ao seu redor. O fato de a sociedade atual ser chamada 'sociedade da informação', tem origem nas tecnologias eletrônicas e digitais que proporcionaram sua maior difusão e instantaneidade da informação na vida das pessoas, além da capitalização, pelo mercado global, desse novo produto, a informação.

As sociedades que conseguem, através de processos contínuos de geração e uso do conhecimento, organizar-se de tal forma que possam contribuir para o processo de aprendizagem social, são classificadas como sociedades do conhecimento. Estas são sociedades com capacidade para gerar conhecimento sobre sua realidade e seu entorno, e em condições de utilizá-lo em seu processo de conceber e construir seu futuro. Desta forma o conhecimento se transforma não só em instrumento para explicar e compreender a realidade, mas também em motor de desenvolvimento e fator dinamizador das mudanças sociais. (SUAIDEN, 2006, p. 1).

As modificações no panorama tecnológico: Do telégrafo, do telefone, da máquina de escrever, do rádio, do microfilme, da televisão, do computador e das comunicações por satélite veio delinear, inevitavelmente, a mudança de paradigma. Com efeito, a emergência de uma nova perspectiva já se fazia experienciar desde meados do século XX, mergulhando raízes mais remotas na visão precursora de Paul Otlet e Henri La Fontaine, consubstanciada num centro mundial de referência designado por Mundaneum e na defesa de uma área profissional inovadora, a Documentação

(RIBEIRO, 2001).

É conveniente resgatar, os esforços desses teóricos da documentação, Otlet e La Fontaine, ambos pacifistas que acreditavam que a organização, tratamento e disseminação da informação no mundo levaria à paz e ao desenvolvimento social.

Nas sociedades pós-modernas, os indivíduos não entram em contato com a realidade através das suas práxis, mas pela informação veiculada pelos meios de comunicação de massa ou armazenada nos bancos de dados. A informação mediatiza os processos de apreensão da realidade, e as próprias relações sociais (MARTELETO, 1987, p.177).

Entender a informação como parte da dinâmica social e que sua produção, uso e disseminação, impactarão de alguma forma na vida das pessoas. E compreender que os fatores que ocasionam mudanças no tecido social estão relacionados com a dinâmica da informação na sociedade.

A interdisciplinaridade do campo e a ligação com a democratização ao acesso da informação na sociedade sempre estiveram presentes na gênese da área, embora, no momento inicial, estivesse camuflada por uma perspectiva mais objetiva dos fenômenos informacionais.

5.1 Trilhos de um Novo Paradigma

Pela perspectiva analítica do historiador da ciência, Gildo Magalhães, o qual defende devermos voltar até os gregos clássicos para poder mapear as origens da ciência, o nascimento da ciência ocidental ocorre na antiga Grécia, e com ela também a comunicação científica e a troca de conhecimentos, ainda que de maneira informal. (MAGALHÃES, 2005)

O autor exemplifica sua assertiva narrando os caminhos de pensadores como Arquimedes, Eratóstenes e Aristarco, estudiosos do “fenômeno da paralaxe⁵”, conseguiram desenvolver uma sofisticada astronomia séculos antes do nascimento

⁵ Paralaxe é o nome que recebe o deslocamento aparente de um objeto quando observado a partir de dois pontos distintos. Se duas pessoas observam um mesmo objeto a partir de pontos de vista diferentes ou se um mesmo indivíduo observa um objeto comparando dois pontos de observação, se produzirá a impressão que o objeto está em um posicionamento diferente em um e outro ponto de observação, e isso é a paralaxe. (PARALAXE) Dicionário online, Meus Dicionários 25 JULHO 2019. Disponível em <www.meusdicionarios.com.br/paralaxe>. Acesso em 25 Jul 2019.

de Cristo. Eratóstenes, por exemplo, chegou a calcular a circunferência da Terra com uma precisão impressionante, em 230 a.C., observando a diferença angular da incidência do Sol na Terra entre duas cidades egípcias diferentes, Siena e Alexandria, calculou a circunferência terrestre com apenas 80 quilômetros de imprecisão em relação aos cálculos atuais (MAGALHÃES, 2005, p. 66).

Essas reconstruções historiográficas no entorno das origens da ciência, levantam discussões e narrativas que, embora não leve a um consenso sobre a materialidade do processo histórico denominado “Revolução Científica”, torna o tema foco de muitas discussões acadêmicas. Beltrán nos recorda que para Copérnico o conceito de “revolução”, no clássico *Revoluções dos orbes celestes*, se dá no sentido de movimento que se repete, que é contínuo, muito diferente do empregado na contemporaneidade (BELTRÁN, 1995 p. 28).

Já Steven Shapin, defende a noção de que “revolução” tem como significado “ruptura”, “modificação abrupta”, instauração de uma nova forma de se pensar, e afirma que estes sentidos derivam de uma inversão conceitual realizada no iluminismo francês. Já que nos séculos anteriores ao das “luzes”, “revolução” possuía um sentido bastante distinto: era uma palavra utilizada no sentido de “trajetória que se repete”, “movimento cíclico” (SHAPIN, 1996, p.3).

Silva (2010), citando Shapin, alega que o conceito “Revolução Científica”, ainda que utilizado desde o século XVIII, ganhará notoriedade apenas no século XX quando foi empregado por Alexandre Koyré (SILVA, 2010, p. 12). Desde então, muitos autores têm debatido se esse processo histórico de fato aconteceu na Idade Moderna ou se, na realidade, a ciência já estaria sendo gestada desde a Baixa Idade Média (BELTRÁN, 1995, p. 30).

Araújo(2006) analisa as particularidades da ciência enquanto forma de conhecimento, e avalia sua distinção em relação a outras formas de conhecimento como o senso comum, a religião, a arte, a filosofia e a ideologia. A primeira forma de conhecimento normalmente identificada pelos autores que se dedicam à conceituação de ciência é o “senso comum”. Trata-se de uma forma de conhecimento adquirido no cotidiano, empírico por excelência, normalmente adquirido por meio da experiência.

Lakatos e Marconi (1986) analisando as definições trazidas por diferentes autores para ‘ciência’ e ‘o conhecimento científico’ afirmaram que havia conceitos distintos para os termos, e apesar de algumas definições serem bastante

semelhantes, e outras levantarem algumas diferenças, a maior parte dos que buscam definir a ciência concorda que "ao se falar em conhecimento científico, o primeiro passo consiste em diferenciá-lo de outros tipos de conhecimento existentes".(LAKATOS; MARCONI, 1986 p. 17)

França (1994) corrobora com a afirmativa das autoras, e pondera:

Conhecer é atividade especificamente humana. Ultrapassa o mero 'dar-se conta de', e significa a apreensão, a interpretação. Conhecer supõe a presença de sujeitos; um objeto que suscita sua atenção compreensiva; o uso de instrumentos de apreensão; um trabalho de debruçar-se sobre. Como fruto desse trabalho, ao conhecer, cria-se uma representação do conhecido - que já não é mais o objeto, mas uma construção do sujeito. O conhecimento produz, assim, modelos de apreensão - que por sua vez vão instruir conhecimentos futuros. (FRANÇA, 1994, p. 140).

França (2001) destaca também, os principais elementos comprometidos no processo de conhecer: o sujeito, o movimento do sujeito em direção ao objeto, que conhece, e os instrumentos utilizados neste processo, também um elemento final é exposto pela autora, o fato de que todo processo de conhecimento se dá no cruzamento de duas dinâmicas opostas, duas atitudes básicas:

"(...) a abertura para o mundo, a cristalização (ou enquadramento) do mundo. Conhecer significa voltar-se para a realidade, e 'deixar falar' o nosso objeto; mas conhecer significa também apreender o mundo através de esquemas já conhecidos, identificar no novo a permanência de algo já existente ou reconhecível. O predomínio de uma ou outra dessas tendências tem efeitos negativos, e é através de seu equilíbrio que se pode alcançar o conhecimento ao mesmo tempo atento ao novo e enriquecido pelas experiências cognitivas anteriores." (França, 2001, p. 43)

O senso comum para Lakatos e Marconi (1986, p. 18), também denominado conhecimento vulgar ou popular, é um modo corrente e espontâneo de conhecer que "não se distingue do conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do 'conhecer'".

Sobre o senso comum, Demo (1985) afirma que:

não possui sofisticação. Não problematiza a relação sujeito/objeto. Acredita no que vê. Não distingue entre fenômeno e essência, entre o que aparece na superfície e o que existe por baixo. Ao mesmo tempo, assume informações de terceiros sem as criticar. (DEMO, 1985, p. 30)

O conhecimento se comporta de outra maneira na gnose religiosa, o homem é menos sujeito do conhecimento, a medida em que não pratica experimentações ou busca novas formulações, mas apenas busca compreender cada vez mais um corpo de conhecimentos que se lhe apresenta já organizado, estruturado, com regras, hierarquias e leis.

“O conhecimento religioso pressupõe um sujeito que a tudo conhece e tudo sabe e, portanto, o desafio do conhecimento colocado para os sujeitos não é o de conhecer e produzir verdades sobre o mundo, mas sim compreender uma verdade que já está pronta, revelada, concedida.” (ARAÚJO, 2006, p.129)

Essa concepção sobre o conhecimento religioso fica clara pela frase de Santo Agostinho citada por Aranha e Martins, "aquilo que a verdade descobrir não pode contrariar aos livros sagrados, quer do Antigo quer do Novo Testamento" (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 101). O conhecimento é entendido, por Santo Agostinho, como ato da iluminação divina (ANDERY et al., 2004, p. 145).

A arte, por sua vez, consiste numa outra forma de conhecimento, subjetiva e não objetiva, diferentemente do senso comum e do conhecimento religioso, ou seja, não se apresenta para ser a "a verdade", não propõe explicações universais e generalizáveis. Para Barbosa (1991), a arte é como as águas de um rio profundo capaz de irrigar a humanidade com um saber que difere do estritamente intelectual, reflete o interior de cada ser. E apesar de ser produto de técnicas e métodos, “não apresenta discursos fechados e definitivos sobre a realidade, mas, antes, formula enunciados abertos às diferentes interpretações, convoca os sujeitos para, com o uso da imaginação, produzirem diferentes representações daquilo que lhes é apresentado.” (ARAÚJO, 2006, p. 130)

Já o conhecimento filosófico, é definido por Raeper e Smith (2001, p. 13) como tipos de ideias sobre a vida, sobre como apreendemos esse conhecimento. "A filosofia trata das idéias - idéias sobre o mundo, sobre as pessoas, idéias sobre o viver (...) A filosofia se preocupa de modo geral com o modo como sabemos as coisas e com o que podemos saber" (RAEPEL e SMITH, 2001, p. 13).

Uma outra forma de conhecimento que difere das demais, a ideologia. Demo, 1985, p. 31 distingue a ideologia como forma de conhecimento composta de enunciados que justificam relações de poder, Chauí, 1981, confirma e explica que o conhecimento ideológico fundamental se apresenta como:

"um corpo sistemático de representações e de normas que nos 'ensinam' a conhecer e a agir. A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante." (CHAUI, 1981b, p. 3)

De modo geral, o progresso científico, é produto da atividade humana, por meio da qual o homem compreendendo o que o cerca, passa a desenvolver novas descobertas. E, por relaciona-se com o mundo de diferentes formas de vida, ele utiliza-se de diversos meios de conhecimentos, por meios dos quais evolui e faz evoluir o meio em que vive, trazendo contribuições para a sociedade. André (2005) expressa: que as informações produzidas, principalmente as que constituem o conhecimento científico, precisam ser amplamente divulgadas à comunidade, pois o conhecimento científico, principalmente produzido no hemisfério ocidental, é necessário para reduzir as desigualdades endêmicas em nosso mundo. "It might seem trite today to say that our society's economic, industrial and cultural development is based on previous scientific knowledge." (ANDRÉ, 2005, p. 6)

André, 2005, destaca ainda, que esta importante característica que valoriza o conhecimento científico não está exatamente evidente e por isso é uma questão que precisa ser debatida na cúpula Mundial sobre a Sociedade da informação (WSIS). E alerta para a necessidade de que haja mudanças nos modelos de divulgação deste tipo de conhecimento, ou seja na forma como acontece a comunicação científica,

Tanto o senso comum, quanto a religião ou a arte podem funcionar como discurso ideológicos em determinados contextos, assim também a ciência pode se revestir de uma dimensão ideológica, como ressaltam vários autores. (ARAÚJO, 2006)

Esse incotrolável vínculo entre ciência e ideologia que fez culminar acusações de que muitas áreas da ciência, hoje, têm sido imputadas de atender interesses políticos, econômicos, sociais, dentre outros, impregnando-a, assim, com "ideologias". Algumas revistas científicas importantes como *Nature* e *Cell* têm discutido ao longo dos anos o interesse comercial, tratado então como ideológico, frente ao que seria o interesse científico.

Ao questionar se a ciência manifesta ou não uma natureza ideológica passamos a discutir a capacidade de contestação. Uma teoria científica pressupõe uma possível

refutação, questionamentos sobre seus métodos e crenças como ocorreu, por exemplo, com a teoria geocêntrica, desenvolvida pelo astrônomo grego Cláudio Ptolomeu, e com a teoria heliocêntrica, formulada por Nicolau Copérnico. Ideologias são recorrentemente tidas como verdadeiras e inquestionáveis. Entretanto, assim como as teorias científicas, as ideologias também são superadas e revistas dependendo do momento histórico.

Diante desta assertiva, é necessário entender as bases ideológicas do fazer científico, para compreender melhor as bases da comunicação científica. O representante da sociologia clássica da ciência, Merton (1979), ressaltava que a meta institucional da ciência é a amplificação dos conhecimentos certificados, reconhecidos. Este autor apresentou quatro princípios institucionais que estabelecem o comportamento padrão que deveria ser adotado pelos cientistas, que são: universalismo, referindo-se que as origens do saber científico não devem depender de características sociais ou pessoais; compartilhamento definindo que a ciência é resultado da colaboração social e, por isso, está destinada à comunidade; desapego material, que não deve ser confundido com altruísmo, significa que a prática da ciência deve orientar-se ao engrandecimento dela própria, e não do próprio autor; e ceticismo organizado, firmando que existe uma verificação permanente do conhecimento científico, buscando erros, incoerências e fragilidades.

No século XVII, nascem as revistas científicas, consideradas a base do sistema moderno de comunicação científica (ANDRÉ, 2005). As revistas são instrumentos de averbação da ciência, essencial à conservação e preservação de resultados, observações, cálculos, teorias, etc., possibilitando, assim, a crítica, aceitação ou não e aperfeiçoamentos posteriores. Nesse contexto, a comunicação desses registros é ação ainda mais importante, considerando que essa ação possibilita o alcance público, permite, assim, a apropriação dos conteúdos comunicados por outros indivíduos e, conseqüentemente, a geração de mais conhecimentos.

Latour e Woolgar (1997, p. 42), compreendem a construção do conhecimento científico como a operação que induz a produção de inscrições (documentos) e faz circular essas inscrições, os cientistas que conduzem essa operação pertencem a uma "estranha tribo que passa a maior parte de seu tempo codificando, marcando, lendo e escrevendo", assim são profissionais que precisam "saber escrever, persuadir, discutir". Por isso, "os artigos inscritos por outros autores constituem a

literatura externa que alimenta - além das inscrições que saem do próprio laboratório - o processo de criação de novos artigos".

Nesse contexto, da realidade de importância da comunicação científica, é que o movimento para o acesso livre ao conhecimento científico pode ser considerado como o fato mais interessante e talvez importante de nossa época no que se refere à comunicação científica. Sobre o vínculo da comunicação científica com os valores científicos, Merton (1973) pensando no ethos acadêmico o define como "comunismo dos resultados", como podemos observar ainda numa publicação como a revista *Nature* que ainda hoje reproduz sua missão editorial formulada originalmente em 1869.

A missão da revista declara que primeiro é preciso esclarecer o público e, apenas em segundo plano, atuar como veículo de comunicação da comunidade científica. A função de um periódico científico deve ser: em primeiro lugar, trazer ao público em geral os grandes resultados do trabalho Científico e a descoberta Científica; e estimular os postulamentos da da Ciência para um reconhecimento geral na Educação e vida cotidiana. Em segundo lugar, auxiliar os próprios cientistas, oferecendo cedo informação de todos os avanços feitos em quaisquer ramos do conhecimento natural pelo mundo, e proporcionando a eles uma oportunidade de discutir as diversas questões científicas que surgem de tempos em tempos. (NATURE, 1869).

O movimento pelo acesso aberto à literatura científica tem raízes antigas nos valores normativos da ciência e mais recentemente nos novos processos econômicos e tecnológicos que abalaram as estruturas da comunicação científica.

A publicação em um periódico reconhecido pela área, para Oliveira e Rodrigues (2011) é a forma mais aceita para registrar a unicidade do trabalho e para confirmar que os trabalhos foram confiáveis o suficiente para superar o ceticismo da comunidade científica. Neste contexto, nos primeiros anos do século XXI, o Movimento de Acesso Aberto, cuja definição é "tornar disponível a qualquer internauta ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral de artigos ou utilizá-los para outros fins legais sem qualquer barreira, desde que o trabalho seja devidamente reconhecido e citado", estimulou o surgimento de periódicos neste formato (LETA, et al., 2017).

5.2 O Movimento do Acesso Aberto

Perante o contexto imediatista provocado pela Sociedade da Informação, o “desafio digital” convoca novas perspectivas e abordagens dinâmicas. Para a consolidação do Movimento de Acesso Aberto, acredita-se que as instituições de memória já estão nascendo sem a garantia de armazenamento e uso dos seus recursos de informação ao longo do tempo. Dessa forma, é possível compreender que “se com o analógico amanhã é longe demais, com o digital hoje já pode ser tarde demais” (PINTO, 2009, p. 210).

A aparente estabilidade de que gozava o sistema de comunicação científica mundial foi abalada quando estourou a chamada crise dos periódicos, em meados da década de 1980, que já vinha se anunciando desde a década de 70. O gatilho da crise foi a impossibilidade de as bibliotecas universitárias e de pesquisa americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma crescente demanda de seus usuários, impossibilidade decorrente da falta de financiamento para a conta apresentada pelas editoras, cada ano mais alta, mais alta mesmo que a inflação e outros índices que medem a economia. Isso já vinha acontecendo nos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, cujas bibliotecas já não conseguiam manter suas coleções atualizadas, mas a crise só detonou quando atingiu as universidades norte-americanas. (MULLER, 2006)

No final da década de 90, registra-se a ocorrência de diversas manifestações em favor do acesso aberto ou acesso livre à informação científica, consequência das dificuldades encontradas em face da crise dos periódicos científicos, buscou-se alternativas de solução, no sentido de manter o acesso a essas revistas por meio da formação de consórcios, criando-se portais de acesso às revistas eletrônicas, mas as negociações com os editores foram e são difíceis.

Em 1998, a Associação Americana de Bibliotecas de Pesquisa (ARL) fundou a SPARC (Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition) com um objetivo claramente declarado: criar periódicos com preços razoáveis em concorrência direta com editores comerciais para neutralizar os preços impeditivos dos editores. Esses novos periódicos, que obtiveram sucesso real, ambos de um qualidade científica e ponto de vista dos leitores, mantendo a modelo tradicional de “assinante paga”, promoveu um custo disseminação de conhecimento e, assim, tornou-se um elo essencial na mudança para abrir o acesso.

O Acesso Aberto é um movimento que visa democratizar o conhecimento na sociedade, deixando-o, suscetível de ser consultado facilmente pelos usuários. Nesse sentido, documentos como as três declarações (Budapeste, Bethesda e Berlim)

objetivavam incentivar e compartilhar práticas e discussões a respeito do acesso aberto.

O movimento se baseia no princípio de que todos os resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos devem ser de livre acesso. Na Declaração de Bethesda (2003), resultado de encontro sobre publicação de acesso livre realizado no dia 11 de abril de 2003, divulgada em 20 de junho do mesmo ano, definiu-se publicação de acesso aberto:

1. The author(s) and copyright holder(s) grant(s) to all users a free, irrevocable, worldwide, perpetual right of access to, and a license to copy, use, distribute, transmit and display the work publicly and to make and distribute derivative works, in any digital medium for any responsible purpose, subject to proper attribution of authorship, as well as the right to make small numbers of printed copies for their personal use.
2. A complete version of the work and all supplemental materials, including a copy of the permission as stated above, in a suitable standard electronic format is deposited immediately upon initial publication in at least one online repository that is supported by an academic institution, scholarly society, government agency, or other well-established organization that seeks to enable open access, unrestricted distribution, interoperability, and long-term archiving (for the biomedical sciences, PubMed Central is such a repository).

As Declarações de Berlim e Budapeste, essencialmente comunicam as mesmas diretrizes direcionadas ao movimento acesso aberto, todas, foram desenvolvidas por um conjunto de expertises como, pesquisadores, cientistas ou editores entre outros, com o intuito de caucionar o acesso livre a literatura científica.

Com o estabelecimento do modelo Open Archives e o desenvolvimento de diversas ferramentas de software para a construção de repositórios digitais e publicações periódicas eletrônicas em conformidade com esse modelo, o movimento ganha consistência. Diversas declarações em favor desse movimento foram e estão sendo publicadas, intensificando-se a implantação de publicações periódicas eletrônicas e repositórios institucionais e temáticos de acesso livre.

A centelha que deflagrou o movimento foi um **post** escrito por Timothy Gower, matemático conceituado e atualmente professor da Cátedra Rouse Ball de Matemática desde 1998. Em 21 de janeiro de 2012 Timothy Gower, tornou pública sua decisão de boicotar a gigante holandesa Elsevier, a maior editora de periódicos científicos do mundo, e enumerou os motivos:

1. Os preços exorbitantes cobrados pela empresa;
2. A prática de venda casada de periódicos para as bibliotecas das universidades e a recusa à qualquer tipo de negociação – o que as obrigava a adquirir publicações que não eram de interesse;
3. E o fato de a empresa apoiar projetos de lei americanos como o Sopa (Stop Online Piracy Act), Pipa (Protect Intellectual Property Act) e Research Works Act (RWA) (leia post sobre Sopa e Pipa) – todos rechaçados por defensores da internet livre ao redor do mundo.

5.3 Anseios da atualidade

Imaginamos que a ciência da informação continua sua odisseia para descobrir novas formas de pensar e agir de maneira ativa nos diversos processos de comunicação na sociedade. Uma sociedade cada vez mais infodependente, com pessoas que precisam ter acesso à informação nas mais diversas fontes e através dos mais variados canais. Em se tratando das atividades de informação, isso pode significar a busca de uma tecnologia entre o real e o virtual, valorizando o que de mais importante existe no processo de comunicação da informação, os seres humanos, principal personagem desta narrativa.

Uma outra visão para abordar o fenômeno da informação, que se aproxima de conceitos recentes sobre a própria atuação da ciência da informação sobre a sociedade, é a de González de Gómez (2004), que apresenta a informação como um conceito relacional, que interage com contextos informacionais múltiplos, o que seria próprio da sociedade contemporânea. A autora sugere um novo olhar social sobre a informação, que tem como perspectiva as tecnologias digitais de comunicação da informação, segundo a autora, Em lugar de o social oferecer conceitos esclarecedores do que seja a informação, agora a informação e a comunicação, sob o embalo e propulsão das novas tecnologias de comunicação e informação - NTICs -, são necessárias ao esclarecimento e compreensão das novas configurações sociais. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 26)

O estudo dessas comunidades, e de outras que não se situam no campo científico, se configura como um novo espaço para a abordagem cognitivista na ciência da informação, não mais baseado nos processos mentais do indivíduo, mas

levando em consideração o contexto social no qual o processo de informação ocorre (HJORLAND e ALBRECHTSEN, 1995).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a prática da custódia como fenômeno social, esta pesquisa destaca sua relevância quando possibilita compreender, de maneira aprofundada, as relações e a influência dos aspectos contextuais sobre o comportamento do indivíduo, durante as práticas de guarda e conservação, em ambientes formais e naturais de guarda memorial.

Neste trabalho, o levantamento bibliográfico, com foco nas práticas custodiais ligadas a uma conduta sociocultural, tornou possível a visão do fenômeno social da custódia informacional, além de percorrer por um grande período histórico traçado pelo paradigma custodialista que, de maneira significativa, contribuiu para a permanência dessa realidade de gestão memorial até os dias atuais.

Entende-se que a discussão da custódia é um tema que possibilita ampliar nossas concepções, acerca das querelas ligadas a memória e de reconhecer que as formas de organizar e representar o conhecimento implicam em elementos simbólicos cujo propósito seja a representação da memória.

Neste escopo, considera-se a custódia tanto dentro da dimensão individual da memória quanto da coletiva, como um elemento sintomatológico dos processos de apreensão do conhecimento. Em alguns aspectos, a compreensão da custódia pode vir a ser alcançada mediante as práticas culturais de um grupo ou comunidade.

No que tange, estritamente, ao estudo das práticas custodiais, salienta-se que o intuito deste estudo não era esgotar e fixar os aspectos contextuais e históricos deste fenômeno, nem tampouco possibilitar um novo julgamento sobre o tema, mas relacionar e entender como se consolidam as artimanhas do fenômeno da custódia. Nesse sentido, fica clara a limitação da pesquisa no que se refere às restrições das análises bibliográficas.

Ainda no contexto das análises bibliográficas desta pesquisa foi possível observar a carência de conceitos aprofundados sobre a influência dos aspectos contextuais e históricos sobre o fenômeno da custódia informacional. Através dos levantamentos realizados, evidenciou o quanto os estudos sobre a temática podem ser férteis. Evidenciou-se, ainda, que poucas publicações orbitaram sobre análises contextuais e históricas, mas apenas tratam do julgamento crítico da prática de custódia, ao abordar o paradigma pós- custodial, em preferência ao custodial.

Numa outra abordagem, o presente estudo da fenomenologia da custódia, do ponto de vista dessa discussão, se configura como um dispositivo articulador, capaz de avaliar como a memória transita ao longo do tempo entre abordagens custodiais e pós-custodiais. Dentro da abordagem fenomenológica, as práticas informacionais, são apresentadas como um processo resultante de uma ação socialmente partilhada através de apreciação e emancipação, desenvolvidas em correlação durante produção, transferência, aquisição e significação por parte dos sujeitos.

Isso porque, tal como a informação, a memória pode atuar como instrumento de dominação e domesticação dos homens, mas também denota a possibilidade de se constituir em ferramenta imprescindível à sua libertação, conforme pontua Le Goff (2003).

A investigação sobre o fenômeno social da custódia informacional despertou um olhar crítico sobre a prática de guarda em instituições de memória, reacendendo uma discussão interdisciplinar e social tão necessária dentro da Ciência da Informação. Entretanto, as limitações dessa pesquisa se evidenciam quando se observa a possibilidade de explorar mais a temática, no que se refere às análises de grupos de profissionais de instituições de memória distintas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M.L.; MARTINS, M.H. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna. 1993

ANDRÉ, F. **Libre Accès aux savoirs**. Paris, Futuribles, juillet 2005, 72p.2005, Perspectives, André-Yves Portnoff,

AZEVEDO NETTO, C. X. Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-pb. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 169-169, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9049>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BARBOSA, A. M. **A imagem no Ensino de Arte**: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva /lchope, 1991, 134 p.

BARRETO, A de A. **Questão da Informação**. Em Perspectiva, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, n. zero, dez. 1999. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_fa13d21031_0013875.pdf> Acesso em: 03 fev. 2019.

_____. A condição da informação. **Em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13563.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. A estrutura do texto e a transferência da informação. **Data grama zero**: Revista de Ciência da Informação, v. 6, n. 3, Jun, 2005. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17638/1/DataGramaZero%20-%20Revista%20de%20Ci%C3%A7%C3%A2ncia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Artigo%2001-2005.pdf>> Acesso em: 20 Mar. 2019.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BELKIN, N.J. Cognitive models and information transfer. **Social Science Information Studies**, n. 4, 1984. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/014362368490070X>> Acesso em : 20 fev. 2019

BELTRÁN, A. **Revolución Científica, Renacimiento e Historia de la Ciencia**. Madri: Siglo XXI de España Editores S. A., 1995.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRAMAN, S. Defining information: an approach for policymakers. **Telecommunications Policy**, v. 3, n. 13, set. 1989. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0308596189900062>> Acesso em: 23 jul. 2018.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000135&pid=S1413-9936201000010000300010&lng=pt> Acesso em: 10 mar. 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
CASTELLANO, C. **La memoria**. Roma, Editori Reuniti, 1987.

CASTELNOU, A.M.N. **Cidade e Natureza: Uma introdução ao Tema.** Piracicaba, Impulso, 2006.

CASTRO, C. A. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “o nome da rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 4, n. esp., p. 1-20, 2006. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/202> > Acesso em: 06 Jun 2019.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra-capa, 2005.

CHALMERS, A. F. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Unesp, 1994.

CHAPOUTHIER, G. **Registros evolutivos**. Viver Mente & Cérebro, 2005.

CHATMAN, E. A. Framing social life in theory and research. **The New Review of Information Behaviour Research**, London, v. 1, p. 3-17, Dec. 2000. Disponível em: < <https://dl.acm.org/doi/10.5555/568022.568023> > acesso em: 06 Jun 2018.

_____. The impoverished life-world of outsiders. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 47, n. 3, p. 193-206, 1996. Disponível em:
<https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199603%2947%3A3%3C193%3A%3AAID-ASI3%3E3.0.CO%3B2-T>
Acesso em: 06 Jun 2018.

_____. Theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 50, n. 3, p. 207–217, 1999. Disponível em: <<https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%281999%2950%3A3%3C207%3A%3AAID-ASI3%3E3.0.CO%3B2-8>> Acesso em: 06 Jun 2018.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia** (6a ed.). São Paulo: Brasiliense. 1981b.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHIAVENATO, I. **Administração de recursos humanos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CORRÊA, A. A. Longuedurée: história indígena e arqueologia. **Ciência e Cultura**. v. 65 n.2, São Paulo, Abr./Jun., 2013. Disponível em:< http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011> Acesso em: 18 jul 2018.

COUTINHO, I. O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo. **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo**, v 1, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em:< <http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/conceito.pdf> >Acesso em: 01 jun. 2019.

D´ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio – O papel do historiador. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 34 / 2012, p.79-90

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992.

DECLARATION OF BETHESDA. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/initiatives> . Acesso em 16 jul. 2019.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas. 1985.

Dias, P. M. *et al.* Uma Visão da Comunidade Científica Brasileira com Publicações em Periódicos de Acesso Aberto, Barcelona, **E-Lis**, 2019. Disponível em:< <http://eprints.rclis.org/38674/>> Acesso em 27 Jul. 2019

ECO, U. **O Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

ESTANQUE, Elísio. **A Classe Média. Ascensão e Declínio**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos/Relógio d'Água, 2012.

FENOMENOLOGIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em:< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fenomenologia>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FLORIDI, L. What is the Philosophy of Information? **Metaphilosophy**, v. 33, n. 1, Nova Iorque e Oxford 2002b. Disponível em:< <https://www.jstor.org/stable/24439320?seq=1>> Acesso em: 17 jul. 2019.

FRANÇA, V. R. V. Teoria(s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos. **Rev. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2: 138-152. 1994. Disponível em:< <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002909>> Acesso em: 20 abr 2019.

FRANÇA, V. V. O objeto da comunicação/a comunicação como objeto. In: HOHLFELT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001. 39-60.

FRAGOSO, I. S. **Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa, PB**. 2008. 139 f Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

FREIRE, I. M. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2001.

FURNIVAL, A. Ch. M.; SILVA-JEREZ, N. S. Percepções de pesquisadores brasileiros sobre o acesso aberto à literatura científica. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32667>> Acesso em: 10 jul 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. **Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação**. In: AQUINO, M. de A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GALINDO, M. Tragédia da Memória. Recife: **Massangana**, v. 2, n.1, p. 57-62, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13885/1/Trag%c3%a9dia%20da%20Mem%c3%b3riafinal.pdf>> Acesso em: 30 jul 2018

GOUVEIA JÚNIOR, M; GALINDO, M. Sistemas memoriais como disseminadores de informação. **Transinformação**, Campinas, p. 207-217, set/dez. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a05v24n3.pdf>> Acesso em 16 mai 2018

GOUVEIA JUNIOR, M. Segurança ou Liberdade? O pensamento de Bauman e as relações de mediação nos Sistemas de Informação. **Prisma.Com**, Aveiro, v.24, p. 3-16, 2014. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/1878/3175> . Acesso em: 12 dez 2018.

GREEN, J. D. 1964. **The hippocampus**. *Physiol. Rev.*, 44: 561-608.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

HOLANDA, L. Memória: multiplicidade e permanência. **IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia** v. 1, n. 1, p. 17-25 2012. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/93391>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HJØRIAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in informationscience: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, 1995. Disponível em: <<https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199507%2946%3A6%3C400%3A%3AAID-ASI2%3E3.0.CO%3B2-Y>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INTERDITOR. In: Dicionário inFormal, Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/interditor/>>. Acesso em: 01 jul 2019.

IZQUIERDO, I. A. Memórias. **Estud. av.** v.3, n.6, São Paulo, Maio/Ago. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 01 jan 2019.

IZQUIERDO, I., MYSKIW, J., BENETTI, F., & FURINI, C. R. (2013). Memória: tipos e mecanismos – achados recentes. **Revista USP**, (98), 9-16. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i98p9-16>>. Acesso em: 01 jan 2019.

JOHNSON, J.; LA FONTAINE, H.; OTLET, P. La vie internationale et l'effortpoursaorganization. *La VieInternationale*, v. 1, n. 1, 1912.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida do laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará,1997.

LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. são Paulo: Atlas, 1991.

Lakatos, E.M. e Marconi, M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas. 1986.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

LE COADIC, Y. F. **As primeiras disciplinas**. A Ciência da Informação. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5.ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LEMOS, A. A. B. de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos, CALDEIRA, Paulo da Terra, MACEDO, Vera Amália Amarante (Orgs.). **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. 414 p. p. 347-366.

LETA, J. et al. Artigos em Periódicos de Acesso Aberto: um Estudo com Pesquisadores Bolsistas de Produtividade do CNPq. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. V. 11. (suplemento). 2017. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1408>> Acesso em: 13 mai 2018.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

KAMPF, C. Acesso aberto ao conhecimento científico tem apoio crescente de cientistas. **Comciencia** [Internet]. 2012;(139):1-5 Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542012000500003&lng=pt&nrm=is> Acesso em 12 jul 2019.

MAGALHÃES, G. **Introdução à metodologia científica**: caminhos da ciência e da tecnologia. São Paulo: Ática, 2005.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Uma história natural da curiosidade**. tradução Paulo Geiger. — 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARCHIORI, P. Z. De “o nome da rosa” ao “o código da vinci” verdade, mentira, autoritarismo e individualismo na disseminação da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 4, n. esp., p. 41-55, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2028>> Acesso em: 07 Jun. 2019

MARTELETO, R.M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ciência da Informação**, v.16 n.2, p.169- 80, jul./dez. 1987. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/260>> Acesso em: 25 mai 2018.

MACLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2001.

MACEDO, T. B. de. **Fenômeno social do esquecimento na perspectiva da ciência da informação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

McHENRY, H.M. **Evolution**: The First Four Billion Years. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

MALHEIRO, A. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamentos, 2006.

MERTON, R. **The Sociology of Science**. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

_____. **Os imperativos institucionais da ciência**. In: DEUS, J. D. (Org.). *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 37-52.

MEMÓRIA. DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em: <www.uol.com.br/michaelis>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MERRIAM, S.B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. San Francisco: Allyn and Bacon, 1998.

MILANESI, L. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MONTEIRO, S.; CARELLI, A.; PICKLER, M. E. Representação e memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 115-123, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a11.pdf>>. Acesso em: 02 JUL 2019.

MORAES, R. Uma Tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, São Paulo, v.9, n.2, p. 191 – 211, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132003000200004&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 14 mai 2018

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise Textual Discursiva: processo constitutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, São Paulo, v.12, n.1, p. 117-128, abr. 2006.

Moreira, M.A. **Aprendizagem significativa crítica**. Porto Alegre: Ed. do Autor. 47p. 2005.

MOSLEY, M.; LYNCH, J. **Uma história da ciência**: experiência, poder e paixão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NATURE, n. 1, 4 novembro 1869. Disponível em <http://www.nature.com/nature/about/first/> Acesso em 20 de maio de 2019.

NORA, P. **Leslieux de memória**. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, E. B. de; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**. v. 7, n. 1. Rio de Janeiro. p. 311-328, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ORTEGA Y GASSET, J. **Missão do bibliotecário**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 82p.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em: 25 out 2018.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.pggedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>> Acesso em: 25 out 2018.

RAEPPER, W.; SMITH, L. **Introdução ao estudo das idéias: religião e filosofia no passado e no presente**. São Paulo: Loyola. 2001.

RIBEIRO, L. M. Reflexões sobre o resguardo da memória científica do INPE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 14., 22 a 27 de outubro, Salvador, BA. [Anais eletrônicos...] Salvador, 2006. Artigos, p. 15. Disponível em: <<http://mtcm16.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtcm16@80/2006/10.31.16.16/doc/Marciana.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RIBEIRO, F. do C. **Análise de risco: uma metodologia a serviço da preservação digital**. Recife, 2012. 285 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

RIBEIRO, F. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. In: ENCONTROS DO OUTONO – MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO – BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS, 4., Vila Nova de Famalicão, Casa das Artes, 2001.

RIBEIRO JUNIOR, J. **Fenomenologia**. São Paulo: Pancast, 1991.

RIOS, F. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SANTOS, J. H. **O trabalho do negativo: ensaios sobre a Fenomenologia do espírito**. São Paulo: Edições Loyola, c2007.

SANTOS, V. S.; GALINDO, M.; SOARES, S. V. Informação e memória arquivística: o custodialismo e outras discussões paradigmáticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., v. 16, 2015.

SCHIMIDT, M. L. SI; MAHFOUD, M. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. **Psicologia USP**. São Paulo, v.4, n.1/2, 1993, p. 285-298. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481/37219>> Acesso em; 14 nov 2018.

SCHUTZ, A.; LUCKMANN, Th. **Las estructuras del mundo de la vida**. Trad. Nestor Miguéz. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

SAYÃO, L.F. Modelos teóricos em ciência da informação – abstração e método científico | Sayão | Ciência da Informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, p. 82-91, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a10v30n1.pdf>> Acesso em: 30 mai 2018.

SHAPIN, S. **La revolución científica**: una interpretación alternativa. Barcelona: Paidós, 2000.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar. 2011.

SILVA, F. A. da. **Historiografia da revolução científica**: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin. Tese (mestrado em História), Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SILVA, G. J. da. **História Antiga e usos do passado**: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o Regime de Vichy (1940-1944). 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

SILVA, M. da. **O arquivo e o lugar**: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-22122015-093801. Acesso em: 19 set 2018.

STRINGER, C.B. **The Cambridge Encyclopedia of Human Evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SUAIDEN, E. Dimensão e perspectivas sociais do acesso livre à informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, Maio/Ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a01v35n2.pdf>> Acesso em: 08 jan 2018.

VILLAVERDE, M. L. C. Un aspecto de la privatización de los servicios públicos la externalización de la custodia de los documentos : un tema controvertido. **Arquivo & Administração**, v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51521>>. Acesso em: 05 set. 2019.

TCKESKISS, L. A. **O materialismo histórico em 14 lições**. Editora Calvino Filho, 1934. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1922/materia/index.htm>> Acesso em: 05 jul. 2019.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**, Oxford, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/030645739390006Y?via%3Dihub>>. Acesso em: 07 set. 2018.